

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2024 foi um ano particularmente difícil, que exigiu enormes sacrifícios, especial entrega. Logo no último trimestre do ano, após realização das eleições Gerais, iniciou uma onda de manifestações em todo o país, tendo afectado nossos clientes. É lamentável! Infelizmente, viram seus negócios serem destruídos, bem como a limitação para aquisição de matéria-prima e mercadorias. Exortamos a todos os colaboradores do **MICROBANCO**, para que se abstenham de actos de vandalismo. O **MICROBANCO** continuará trabalhando com soluções financeiras sustentáveis adequadas para superar os desafios impostos por este período difícil de manifestações violentas e de vandalismo

Apesar de 2024, ter sido um ano difícil, foi também um ano repleto de realizações que ficam como testemunhos da determinação do Microbanco em prosseguir um percurso que tem o sucesso e a excelência operacional como objectivo final, com destaque para:

- Abertura oficial das agências de Chókwè e Xai-Xai para promover a inclusão financeira, criar mais proximidade com a população e facilitar financiamentos ágeis e adaptada à realidade da Província.

O Conhecimento constante dos Clientes e suas necessidades reforçou o nosso compromisso de garantir mais proximidade, adequação de produtos e serviços bem como melhoria da experiência de Clientes para um crescimento sustentável e contou com dedicação e empenho de todos Colaboradores e parceiros.

Num ano com cenários difíceis ultrapassar, o **MICROBANCO CONFIANÇA** continuou a desempenhar um papel crucial na concessão de crédito para as cadeias produtivas de forma confiável e acessível para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico do país e melhoria da produção de comida. Apesar dos desafios enfrentados com as manifestações pós-eleitoral que pressionou nossas económicas, gerando volatilidade dos preços das commodities e desastres naturais, o **MICROBANCO CONFIANÇA** manteve seu compromisso com a excelência operacional, a inovação tecnológica e a sustentabilidade ambiental. Este relatório destaca os principais marcos, realizações e desafios enfrentados pelo **MICROBANCO**, bem como as estratégias adoptadas para garantir o progresso contínuo em direcção aos objectivos estratégicos. Ao longo deste relatório, será apresentada uma análise abrangente do desempenho financeiro, operacional e de sustentabilidade, juntamente com uma visão das tendências do sector Financeiro na Zona rural em especial. Além disso, serão apresentados os principais parceiros estratégicos que contribuíram para o avanço da missão e visão do **MICROBANCO CONFIANÇA**. À medida que nos esforçamos para enfrentar os desafios futuros e aproveitar as oportunidades emergentes, reiteramos nosso compromisso com a prestação de serviços financeiros de alta qualidade, contribuindo assim para o crescimento socioeconómico, o bem-estar e sustentável da população que servimos, demonstrando nosso compromisso contínuo com a excelência e a liderança no sector de Microfinanças Rurais em Moçambiqueano.

O **MICROBANCO CONFIANÇA** melhorou seus modelos de trabalho para tornar a transformação mais ágil e eficaz, promovendo maior transparência, alinhamento e colaboração entre as equipas, ainda que as condições do negócio sejam particularmente difíceis, e vai continuar a trabalhar com rigor na:

Conclusão da Transformação digital com o objectivo de capturar sinergias para maior eficiência e excelência operacional e organizado em torno dos pilares estratégicos “Centrado no Cliente, Simples, Eficiente”,

- Recuperação da carteira em mora pós manifestações, procurando encontrar as melhores soluções para os desafios que enfrentamos conscientes dos desafios das finanças Rurais em Moçambique; e,
- Gestão prudente e redução de custos operativos.

Demos primazia a massificação de pagamentos com recurso a canais digitais, tendo melhorado mais a experiência e a vida de Clientes,

A missão do **MICROBANCO CONFIANÇA** é prover soluções financeiras inclusivas e com confiança, assente numa política de concessão de crédito robusta e disciplinada. Este apoio tem sido transversal com inovação nos seus produtos, serviços e seguindo uma linha sustentabilidade.

O **MICROBANCO CONFIANÇA** manteve uma trajetória de crescimento de resultados ao longo do exercício 2024, com indicadores sólidos, permitindo continuar a financiar as cadeias produtivas (famílias) num momento difícil do custo de vida.

Estes resultados são reflexo da transformação que foi feita ao longo dos últimos anos, e que permitiu melhorar a eficácia e eficiência, e ao mesmo tempo a experiência as exigências dos clientes.

O ano 2025 será ano de incertezas, com cenários difíceis de prever e ultrapassar e com um potencial impacto da volatilidade do crédito. O **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA vai continuar a robustecer a sua resiliência financeira e o modelo de negócio, focando sempre em servir com uma atuação sustentável e com valores ambientais, sociais.

Ao longo do ano o Microbanco manteve o foco na optimização da eficiência operacional e melhoria da experiência do Cliente por via da conveniência e eficiência geradas pela digitalização e pela interação do nosso capital humano nas componentes onde a mesma gera ‘mais valor.

O **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA dispõe de uma equipa de gestores dedicados que promovem um acompanhamento permanente com capacidade de acrescentar valor e personalizar a oferta do Microbanco para dar resposta as necessidades específicas de cada Cliente.

A carteira do **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA é representado essencialmente por financiamentos a agricultura e cadeias produtivas e foi financiado com fundos do

KfW/BdM, MOZABANCO Fundo de segurança Alimentar (FSA), MOZA /REFP e já foram financiados através da linha bonificada cerca de 18.745 operações de crédito sustentável e que geraram emprego, aumento de renda familiar bem como a redução de desigualdades no âmbito da inclusão financeira. A carteira global ascendeu a, 702 milhões de meticais, um crescimento de 25,% em relação ao ano 2023. Ampliamos também nossa proximidade com o sector agricultura, com destaque a grande abertura de duas novas agencias em Chókwè e Xai-Xai, ampliando também nossa proximidade com os clientes.

No agronegócio, destacamos o desempenho positivo da carteira ampliada (+31,9%) em comparação com o ano 2023, com desembolsos de 325 milhões na cadeia de valor do agro, e agricultura familiar de pequenos produtores.

Mantivemos nossa posição histórica como o principal Microbanco Rural, contribuindo expressivamente para a demanda de crédito do segmento e sua cadeia, alcançando uma carteira de crédito classificada agro de 356 milhões. Nosso compromisso para 2025 é que essa carteira alcance 500 milhões.

Continuamos a investir na nossa estratégia digital para sermos um Microbanco ainda mais próximo, personalizado, completo e disponível para os nossos clientes, oferecendo soluções adequadas ao perfil e momento de vida de cada um em nossa plataforma integrada de canais, aplicando inteligência analítica e artificial para a hiperpersonalização do relacionamento.

Como resultado do nosso compromisso contínuo com a excelência no atendimento aos clientes, foram submetidas ao Banco Central 256 reclamações, um número muito baixo.

Renovamos nosso compromisso de gerar resultados sustentáveis para nossos acionistas, agregar valor aos clientes. Nosso propósito é estar sempre presente e relevante na vida dos clientes, contribuindo com soluções inovadoras.

VISÃO ESTRATÉGICA

Com o objectivo de proporcionar, cada vez mais, uma experiência de excelência aos Clientes, o **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA reforçou a sua aposta no digital, tendo concluído com sucesso o processo de digitalização de processos e tornando-os *paperless*.

- Massificar a utilização de canais e processos digitais e aumentar a base de Clientes activos.
- Melhorar o conhecimento constante do Cliente e das suas necessidades.
- Priorização de práticas Ambientais, crédito sustentável, investimento responsável, visando gerar impactos positivos nas cadeias de valor.
- Uma estrutura financeira sólida e uma cultura de risco.

O propósito estratégico fundamental do **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA está espelhado na missão “**atuar como uma caixa financeira rural**” comprometido com o desenvolvimento socioeconómico, em rumo à efectivação da visão, valores e ampliado à inclusão financeira, num modelo de proximidade ao cliente. O compromisso com integridade, cumprimento das normas e de fazer o negócio certo da forma certa está no centro da nossa governação corporativa.

O Conhecimento constante do Cliente e das suas necessidades permitiu nos massificar introdução de pagamentos com recurso a canais digitais, tendo melhorado mais a experiência e a vida de Clientes.

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

As principais oportunidades identificadas que podem melhorar o desempenho do **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA e sua atuação junto de clientes são:

- Digitalização: A transformação digital está acelerada no Microbanco e foram realizados investimentos para aumentar a quantidade de documentos digitais, com melhoria dos processos e sistemas. O Microbanco está investindo em tecnologia e inovação para melhorar a experiência do cliente, aumentar a eficiência operacional e reduzir custos. Este projecto contou com apoio da SNUPP e SIDI.
- Inclusão financeira: ainda há uma grande parte da população Rural que não tem acesso a serviços financeiros básicos. O **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA nos programas de financiamento tem feito de forma permanente formações sobre gestão básica de negócio e procura garantir soluções financeiras acessíveis e adaptadas às necessidades população com apoio a parceiros estratégico, KfW/BM e MozaBanco/REFP (Fundos do IFAD). No plano de formação sobre a inclusão financeira aos clientes, dará primazia ao Papel das Finanças Sustentáveis na Implementação dos ODS e da Agenda 2030 – ESG.
- Investimentos sustentáveis: A sustentabilidade é um objectivo principal do Microbanco e procura liderar a transformação para uma economia mais sustentável. Promover financiamentos com boas práticas ambientais e sociais pode gerar retorno financeiro e contribuir para um mundo melhor através da adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações de serviços e aquisições de produtos e realização de acções para redução do consumo de recursos de relevância ambiental. O **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA está desenvolver iniciativas e projetos socio-ambientais, buscando viabilizar o equilíbrio entre crescimento económico, bem-estar social e cuidado com o meio ambiente.

ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE)

O **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA desencadeou uma iniciativa, abrangente e transversal da transformação para a sustentabilidade e adopção dos pilares ESG

(Environmental, Social and Governance), em busca de um desempenho mais sustentável tendo em conta os desafios que o mundo enfrenta relativamente a estes critérios.

Para o ano 2025, estará empenhado em definir uma estratégia sólida, criar KPIs e métricas relevantes, promover a integração desses princípios em todas as suas actividades e trazer a agenda ESG para o core estratégia de negócio. O Microbanco vai implementar um modelo de gestão e mitigação dos riscos ambientais e sociais associados à carteira de crédito.

O objectivo é alinhar as práticas de ESG e garantir a integridade ambiental, o bem-estar social e a efectiva governação corporativa. Assim, o Microbanco pretende promover uma abordagem holística que leve em consideração os impactos e as oportunidades em todos os sectores da Instituição, através de análises criteriosas, promoção de práticas sustentáveis e responsáveis ao longo de toda a cadeia de valor.

DESTAQUES DO DESEMPENHO

No ano 2024 alcançamos o lucro líquido de 10.5 Milhões como reflexo do bom desempenho da carteira crédito, e um rigoroso controlo de custos.

Este resultado representa uma melhoria da performance e capacidade de geração de receitas bem como melhoria dos indicadores financeiros, o que reforça a proposta de valor e pilares para um crescimento sólido e contínuo.

Os activos totais foram de 857 milhões de Meticais e um rendimento bancário de 218 milhões de meticais, que representaram um crescimento de 35% em relação ao período homólogo. O Microbanco conseguiu assim manter sólidos seus rácios, tendo no final do ano atingido um rácio de solvabilidade de 56%, consideravelmente acima do limite de 8% exigido pelo Banco de Moçambique.

O desempenho financeiro do **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA no exercício económico 2024 sofreu o impacto de alguns factores determinantes, nomeadamente:

- O impacto das manifestações, que viu alguns clientes serem vandalizados e não cumprir suas responsabilidades.
- Subida do PAR que pressionou o rácio de liquidez movido por factores políticos do País

Para o ano 2025, o Microbanco Confiança, SA continuará a acompanhar de perto os factores da recuperação económica Pós-eleições, bem como factores do mercado e adaptar-se a nova realidade para o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos, vai avançar com uma visão optimista ao novo ciclo de introdução de depósitos, que dará à aposta na oferta e inovação de serviços na zona rural, usando canais digitais para melhoria da qualidade de serviço e o reforço do envolvimento com os seus clientes, perspectivando o alcance e consolidação do objectivo de “Oferecer a melhor experiência de serviços financeiros rurais com recursos a canais digitais”.

ÁREA COMERCIAL - REDE DE RETALHO

Em linha com os nossos compromissos de concessão de crédito sustentável, ao final de dezembro de 2024, atingimos 709,7 milhões de meticais em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 25%.

Este montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e/ou social para financiar actividades que tragam impactos socio-ambientais positivos e agricultura sustentável, e com taxas bonificadas

O financiamento ao agronegócio, com especial relevância a pequenos produtores, mantém-se uma prioridade estratégica para o **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA, que preserva um posicionamento de referência no financiamento a este sector.

O desenvolvimento das cadeias de valor do agronegócio conta com o contributo do Microbanco, alicerçado no desenvolvimento de parcerias que permitem a estruturação de linhas de crédito específicas para o sector e com condições diferenciadas para contribuir no progresso do sector.

A Linha bonificada do KfW/Banco de Moçambique, a Linha de Crédito REFP, são um de vários outros exemplos da materialização do compromisso do **MICROBANCO CONFIANÇA**, SA, com os temas da Sustentabilidade, financiamento de Agronegócios, produção de comida. Essas linhas são restritas para o desenvolvimento das cadeias produtivas e pequenos comerciantes rurais e são um dos principais focos de atenção do Microbanco.

Ao nível dos clientes a área comercial teve um aumento de 35%, aliado com o objectivo de garantir a melhor experiência em todas as interações dos clientes com cada unidade de negócio, conseguida por uma prestação de serviço de excelência ao cliente. Adicionalmente, não temos recebido um número maior de reclamações e ainda assim reforçamos nossa capacidade de identificar e acompanhar reclamações.

Com efeito, mantendo o foco no serviço ao cliente e comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

A qualidade da carteira de crédito permaneceu elevada, com um rácio NPL abaixo de 4.71%.

ACTIVIDADES E ACÇÕES DE DESTAQUE REALIZADAS

- Abertura oficial dos Balcões de Xai-Xai e Chókwè;
- Investimento contínuo nos sistemas e processos;
- Inauguração da nova agência modernizada de Moamba visando melhorar a comodidade e atendimento aos produtores e suas cadeias;
- Melhoramento das condições de trabalho para operações com novo ciclo de transformação positiva e níveis de eficiência alinhados com os referenciais

de um Microbanco inclusivo; e,

- No âmbito da literacia e inclusão financeira, continuamos com acções de palestras e campanhas de sensibilização aos nossos clientes.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A efectiva governação corporativa é uma peça fundamental para o sucesso e a sustentabilidade de qualquer organização, desempenhando um papel vital na orientação estratégica, transparência e responsabilidade. No MICROBANCO CONFIANÇA SA governação corporativa vai além de meras obrigações legais, tornando-se um compromisso essencial para alcançar a excelência operacional e atender às expectativas de todos os *stakeholders* envolvidos.

A estrutura de Governação corporativa do MICROBANCO CONFIANÇA reflecte o compromisso com as melhores práticas, proporcionando uma base sólida para a gestão eficiente e eficaz da actividade. Este modelo é composto por órgãos chave, cada um desempenhando funções específicas para assegurar o alinhamento estratégico, a prestação de contas e a maximização do valor para os accionistas e demais partes interessadas. O Conselho de Administração emerge como o protagonista na administração e direção do negócio, adotando abordagens estratégicas para o crescimento sustentável.

A Governação Corporativa inclui comités especializadas, as quais desempenham um papel específico na supervisão e tomada de decisões chave no negócio.

O modelo de governação do MICROBANCO CONFIANÇA, SA prevê a delegação de poder de gestão diária ao Comité Executivo e outros Comités, mantendo sempre o controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões. Os princípios orientadores da Política de Governação Corporativa do MICROBANCO CONFIANÇA, SA se destacam pela transparência e responsabilidade, visando garantir a manutenção das melhores práticas e buscam o equilíbrio de direitos entre os acionistas, a responsabilidade, a ética e a sustentabilidade do negócio.

Para tanto, são utilizados comités que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão. A definição e avaliação de desempenho do MICROBANCO CONFIANÇA, SA, no que tange à obtenção de resultados e adequado risco e controlo, são continuamente objecto de apreciação e deliberação da estrutura de governação do Microbanco. Os componentes dessa estrutura têm competências definidas de modo a viabilizar o exercício de supervisão e gestão que contribuam para o alcance de resultados sustentáveis e boas práticas em riscos e controlos. A participação desses componentes da estrutura de governação do Microbanco na definição, na avaliação da estratégia, na supervisão e na gestão dos riscos está prevista nos respectivos Termos de referências dos Comités.

O Plano Estratégico vigente foi elaborado para um período de três anos de 2023 a 2025. Tem em sua base de actuação a Missão, a Visão, os Princípios e os Valores da Instituição.

FACTOR DIFERENCIAL DO MICROBANCO CONFIANÇA, SA

A estratégia do MICROBANCO CONFIANÇA, SA está alicerçada em 3 pilares: “Visão”, “Missão” e “Valores Estratégicos”.

Com as intensas transformações tecnológicas e um contexto de mercado com *diverentes players* e procura de serviços diferentes, o Microbanco procura sempre inovar e manter um olhar cuidadoso para a diversidade e foco no cliente e na aprendizagem contínua.

Visão Ser um Microbanco distinto no mercado, voltado para soluções financeiras Inovadoras.

Missão Prover soluções financeiras inclusivas e sustentáveis com impacto Socio-económico as comunidades rurais.

NOSSAS CRENÇAS: NOSSOS VALORES ESTRATÉGICOS

Estabelecem respectivamente:

- Os objectivos de longo prazo do Conselho de Administração e traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro do Microbanco;
- A razão da existência do Microbanco e um conjunto de acções que visam orientar a prossecução dos objectivos; e,
- Os princípios e Código de Conduta que consagra os princípios de actuação e as normas de conduta profissional observados no exercício da sua actividade, aplicáveis a todos os colaboradores e membros dos órgãos de gestão.

Estes princípios que movem as atitudes e direccionam as relações, entregas e acções assentes na seguinte base:

- Deveres éticos: princípio da igualdade de tratamento de todos os clientes, deveres de profissionalismo, seriedade, competência, diligência, lealdade, neutralidade e integridade, princípio da prevalência dos interesses dos clientes sobre o interesse dos trabalhadores, dever de sigilo, de colaboração com todas as autoridades de supervisão Bancaria, deveres de conduta interna;
- Princípios gerais relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo; e;
- Princípios gerais sobre a comunicação de fraudes, irregularidades e tratamento de reclamações de clientes.

Valores Fundamentais Integridade, Profissionalismo, Responsabilidade Social, Trabalho em Equipa e Inovação.

Integridade: cumprindo escrupulosamente as disposições legais, regulamentares e contractuais, respeitando os valores éticos e obedecendo às normas de conduta em vigor;

- Profissionalismo: de modo a prestar o melhor serviço aos clientes e a estabelecer relações com todos os stakeholders, com elevada competência técnica, rigor e diligência;

- Responsabilidade social: perante nossos clientes, parceiros estratégicos e comunidade, com ênfase para o envolvimento em programas e iniciativas de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de literacia financeira;

- Trabalho em equipa: com uma cultura de rigor, transparência, objetiva e assegurando o cumprimento das melhores práticas na gestão do risco, reforçando a confiança dos clientes; e,

- Inovação, apostando no progresso tecnológico, numa lógica de resposta multicanal à evolução das expectativas e preferências dos clientes.

OBJECTIVOS PARA 2025

Antecipa-se que, em linha com o exercício findo a 31 de dezembro de 2024, para o ano de 2025 permanecerá particularmente desafiante para as áreas de gestão de risco. Neste contexto, destaca-se o seguinte conjunto de actividades como principais objectivos para 2025:

- Nomeação da nova estrutura de governação para dar novo alento ao negócio e assente numa base de factores do ambiente e estratégia de negócio. Essa estrutura organizacional vai assegurar a existência de recursos adequados para a execução da estratégia de negócio do **Microbanco**, bem como para a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e monitorização dos riscos financeiros e não financeiros a que se encontra exposto no desenvolvimento das actividades.
- Desenvolvimento e implementação de um plano de acção que apoia o Microbanco a alcançar metas que melhoram a eficácia dos processos e o reconhecimento dos riscos com o objectivo final de adicionar valor no momento difícil com constantes manifestações.
- Conclusão da implementação da estratégia digital; promovendo a proximidade presencial e digital, assim como a harmonização de práticas e conceitos.
- Investir nos melhores padrões de ciber-resiliência para dar mais capacidades e vigilante contra ameaças emergentes e ágil na resposta às mesmas. O compromisso com a excelência em cibersegurança para abraçar com confiança a inovação digital, garantindo a capacidade de disponibilizar serviços financeiros de ponta sem comprometer a segurança.

Na estrutura de governação de riscos, busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva (garantir uma postura prospera) para Microbanco. Nas Notas explicativas às demonstrações financeiras, expressa garantir que todos os riscos por ela incorridos são devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados e adota três linhas de defesa para identificação e monitoramento dos riscos e controles, conforme responsabilidades definidas abaixo:

- Primeira linha de defesa: constituída pelas áreas geradoras de negócio e pelas áreas de suporte, primeiras responsáveis pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos em que incorrem no exercício da actividade;
- Segunda linha de defesa: constituída pelas funções de gestão de riscos e de conformidade, que interagem com a primeira linha de defesa com vista à adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos inerentes à actividade desenvolvida pelas áreas de negócio e de suporte;
- Terceira linha de defesa: constituída pela função de auditoria interna (DAI), que tem como responsabilidade a realização de análises independentes, efectuadas em função do risco às demais linhas de defesa.

ANÁLISE FINANCEIRA

O ritmo de crescimento económico no País abrandou penalizado pela elevada resretritividade da Política Monetária do País, e apesar deste contexto nacional, o nosso produto bancário comercial ascendeu a 261,7 Milhões de meticais decorrente do cumprimento de metas comerciais e estratégicas do sucesso do modelo de negócio, que proporcionaram o crescimento das comissões e da margem financeira.

Os custos operacionais totalizam 42,83Mt, contra 41,89Mt de 2023 (+2% sobre a média dos últimos 4 trimestres), com a manutenção de um elevado nível de eficiência e um rácio *Cost to Income* Comercial de 33,2%, contra 33,3%; de 2023

- Perfil de risco estável, com o montante alocado a imparidades para Empréstimos a Clientes a totalizar 72,4 equivalente a um custo de risco de 8.2pb.

O resultado líquido do exercício foi 5.495.347Mt, reforçando assim os fundos próprios para 397,619,473Mt, num enquadramento exigente e que só foram possíveis através da contribuição de todos os envolvidos nas operações do Microbanco.

O MICROBANCO CONFIANÇA tem uma estrutura financeira sólida e com uma cultura de risco assente nos seguintes objectivos:

- Balanço com liquidez e gerador de valor
- Cultura de gestão de riscos proactiva
- Foco na mitigação do ciber-risco
- foco no Cliente e na rentabilidade

Os indicadores de solvabilidade Rácio Tier1 e Rácio Global de 54% e de liquidez, traduzidos no rácio de curto prazo LCR (*liquidity coverage ratio*) de 24% e a qualidade do nosso Balanço, onde 86% do total do ativo líquido são empréstimos e disponibilidades em Bancos, continuam a demonstrar a capacidade do Microbanco para enfrentar momentos de maior incerteza, constituindo igualmente a base para o próprio crescimento. Uma gestão diligente dos custos operacionais é uma principal prioridade, assim, os nossos custos operacionais cresceram 7%, embora acima da inflação anual de 6%, ainda assim compensou.

A preocupação com a solidez está também refletida na proposta de incorporação da totalidade dos Resultados Líquidos do ano em capital, reforçando assim ainda mais os fundos próprios de base da instituição. É nossa convicção que 2025 com a solidez financeira será mais um ano de teste do modelo de negócio, está preparado para um novo ciclo de criação de valor ainda mais ambicioso, onde a agilidade e capacidade de reinvenção constante da organização continuará a ser determinante para a sustentabilidade a médio e longo prazo.

Uma gestão diligente dos custos operacionais continua a ser uma das nossas principais prioridades. As difíceis condições operacionais que se verificaram esse ano obrigaram a uma atenção acrescida, que acabou por ser compensadora.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou 218,66 Milhões de Meticais como resultado da gestão equilibrada das taxas de juro dos ativos e do custo de financiamento.

A taxa dos ativos aumentou 45pb, de 4,16% em 2023 para 4,61%, sendo de destacar a taxa dos empréstimos a clientes que subiu para 5,24%. O saldo médio dos ativos financeiros foi de 858 milhões de meticais (2023: 744 milhões de Meticais).

O saldo médio dos empréstimos para financiamento a carteira aumentou para 326,5Milhoes de Meticais, com uma taxa de remuneração media de 10,42%.

O Rácio de liquidez (LCR) manteve-se muito confortável situando se em 26% contra 28,58% de 2023.

Em termos de actividade comercial a carteira de empréstimos a clientes (bruto) aumentou 22,5% para 732,2 Milhões de Meticais.

No exercício de 2024, deparamo-nos com desafios pós-eleições, como medida cautelar a incertezas.

Os resultados financeiros alcançados no presente exercício demonstram uma conformidade substancial com as projecções e metas previamente estabelecidas. Este desempenho se traduz em uma notável melhoria nos resultados líquidos em relação ao período anterior.

PRINCIPAIS INDICADORES	2024	2023
BALANÇO		
Activos totais	857,883,776	744,118,216
Crédito a clientes (líquido)	659,522,138	552,792,778
Recursos de instituições de credito	326,499,985	245,453,199
RENTABILIDADE		
Resultado antes de impostos	10,409,736	1,878,573
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	3%	1%
Rendibilidade do activo (ROA)	2%	1%
LIMITES PRUDENCIAIS		
Tier i	54%	58%
Rácio de solvabilidade	54%	58%
Rácio de activos líquidos	2%	2%
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	17%	16%
QUALIDADE DOS ACTIVOS		
Crédito vencido >90 dias	44 001 306	14,862,814
Crédito vencido total	13 286 219	14,127,944
Imparidade do crédito	(72,702,581)	(44,916,015)
Crédito vencido >90 dias/crédito a clientes	6%	4%
Imparidade do crédito/crédito vencido > 90 dias	165%	224%
Imparidade do crédito /crédito vencido total	547%	224%
Imparidade do crédito /crédito a clientes	9%	12%
EFICIÊNCIA		
Custos operacionais	(23,313,570)	(14,424,592)
Outros gastos operacionais	(42,838,534)	(41,891,004)
Gastos com pessoal	(111,705,685)	(103,930,452)
Custos operativos/activos totais (%)	5%	5%
Rácio de eficiência (cost-to-income)	96%	95%
INDICADORES DE NEGÓCIO		
Agências	14	12
Nº de colaboradores no final do período	98	97
Nº de clientes	8,615	7,743

Por estes resultados tão expressivos, o Conselho de Administração congratula vivamente os trabalhadores pelo salutar empenho no alcance de metas e objectivos estratégicos. Suportado por uma sólida performance financeira, o rácio de solvabilidade manteve se solido e robusto. Este desempenho evidencia a capacidade de geração de capital do modelo de negócio e a disciplina na alocação do capital.

RISCO DE SOLVÊNCIA

O capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Microbanco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade. O Microbanco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo exigido pelo Banco de Moçambique. A 31 de Dezembro de 2024, o rácio de solvabilidade era de 58% (2023: 87%). O mesmo manteve-se acima do recomendado pelo Banco de Moçambique, facto que comprova a solidez financeira do MICROBANCO CONFIANÇA.

Para salvaguardar a capacidade do Microbanco manter uma estrutura óptima, monitoriza o capital baseado na relação entre dívida e capitais próprios por forma a manter sua pujança financeira, gerar retorno para accionistas e benefícios a outras partes interessadas.

PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

- O MICROBANCO CONFIANÇA, SA procede a monitorização de toda a actividade de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, tendo definido procedimentos e critérios de actuação, a lógica de conformidade de processos de *Know Your Customer*; filtragem para identificar que:
 - Estejam enquadrados em crimes de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo;
 - Mitiguem qualquer actividade ilícita ou responsáveis por dano doloso ao meio ambiente; e,

- Ofereçam garantias provenientes, directa ou indirectamente, de atividades ilícitas.

Para lidar com esse tema, conta com a Política de Prevenção e Combate à Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e tem levado a cabo programas regulares de treinamento de pessoal incluindo membros do C.A. para cumprimento de leis e regulamentação aplicável.

A Auditoria Interna avalia regularmente a efetividade do processo relacionado à prevenção e combate à Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, apontando a necessidade de adotar ações para o aprimoramento dos controles e a mitigação dos riscos envolvidos. O processo também é avaliado periodicamente pela Auditoria Externa, que contempla normas, procedimentos, sistemas de monitoramento, programa de treinamento e cumprimento de leis e regulamentação aplicável. O Microbanco Confiança, S.A. cumpre com a obrigação de comunicação às entidades competentes.

PLANO ESTRATÉGICO E PERSPECTIVA DO NEGÓCIO

Trabalhamos de forma mais inteligente para criar mais valor, eficiência e uma melhor utilização de recursos limitados e estamos orgulhosos pelo cumprimento dos compromissos de sustentabilidade, inovação e melhor impacto.

O Plano Estratégico do **MICROBANCO CONFIANÇA** para o período 2023-25 prossegue sob o lema “Acréscitar Valor ao Negócio”

Ao nível financeiro, o aumento da atividade comercial e dos proveitos, a manutenção da qualidade da carteira de crédito resultou na melhoria do rácio de eficiência

A disciplina na nossa estratégia e o foco no suporte às famílias são os pilares da nossa robusta performance comercial e da consistente criação de capital. Com abertura de dois novos balcões em Gaza, continuamos a crescer no negócio e a expandir a nossa atividade, além de incrementar a eficiência das nossas operações.

Prioridades Estratégicas do Período 2024-2025

O novo Planeamento Estratégico para o triénio 2023-2025, definimos um novo horizonte estratégico: sermos o Microbanco Rural que melhor potencia a Inovação, proporcionando uma experiência de excelência aos nossos Clientes e reforçar a nossa presença na zona sul para servir todos segmentos de clientes e aumentar níveis de bancarização bem como na promoção de um ambiente de negócios mais sustentável e um ecossistema de parcerias. Em harmonia com o processo de transformação digital, ambicionamos até 2025:

“Ser o melhor Microbanco para trabalhar! Tanto para os nossos colaboradores, bem como para os nossos Clientes, com uma estrutura financeira sólida e uma cultura de risco.

O compromisso com nossos clientes é um dos pilares fundacionais do Microbanco Confiança.

Depois de uma forte aposta na solidez financeira, na gestão eficaz de riscos e no reforço de mecanismos de governação e controlos internos, O Microbanco Confiança iniciou, com o Plano Estratégico 2023-2025, um novo ciclo e *definiu as seguintes Prioridades estratégicas:*

- “**Agregar valor ao negócio**”
- Conclusão da Viagem digital para uma sustentabilidade do modelo de negócio, assegurada pela rentabilidade das operações, associada a uma gestão de risco adequada, apostando na excelência e simplicidade do serviço ao cliente e em soluções inovadoras, numa proposta de valor completa;
- Fortalecimento do Microbanco Confiança como caixa Financeira Rural de referência na prestação de serviços financeiros a clientes particulares sobretudo nas cadeias de valores do sector produtivo, atuando como peça fundamental na oferta destas soluções com elevada qualidade, através de plataformas digitais tornando fácil e rápidas para agregar valor com confiança aos seus clientes, assegurando a sustentabilidade do negócio;
- Modelo de governação eficiente, em sintonia com as melhores práticas;
- Acompanhamento do desenvolvimento tecnológico no sector financeiro, tanto ao nível da instituição, garantindo as adaptações que permitam manter o Microbanco competitivo num mercado financeiro dinâmico e concorrencial; e,

Compromisso com os princípios de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de respeito pelos *stakeholders*.

A gestão definiu como um de seus principais eixos ampliar a carteira de clientes e acelerar o projecto de introdução de Poupanças bem como a viagem digital e o ano 2024 assenta em 4 pilares para acerto do básico:

Qualidade de serviços e inovação

- Desenvolvimento de fórmulas que assegurem a excelência de serviço ao cliente, tirando partido da inovação tecnológica e oferecendo soluções simples, robustas, com elevada acessibilidade e assentes num conhecimento profundo do cliente;
- Centrar a organização no cliente e na construção de uma experiência que, consistentemente, assegure a excelência da qualidade de serviço;
- Avançar de forma ágil e decisiva nas soluções digitais e em modelos de acompanhamento que garantam acessibilidade e disponibilidade do serviço prestado aos clientes; e,
- Apostar em competências analíticas, aprofundando o conhecimento de cada cliente, potenciando a capacidade de gerar valor e dando suporte aos processos de tomada de decisão.

Liderança e proposta de valor

- Resposta às necessidades financeiras dos clientes na Zona Rural, com
 - uma proposta de valor completa e abrangente; e,
- Investir na proposta de valor disponibilizada a clientes, reforçando o posicionamento competitivo em negócios e segmentos estratégicos, dando prioridade sempre a zona rural.

Rentabilidade e eficiência

- Obtenção de níveis de rentabilidade alinhados com as melhores práticas do setor rural, através da otimização da estrutura de balanço e da simplificação dos processos internos de gestão;
- Expansão da presença territorial para Província de Gaza, sem deixar de manter proximidade aos clientes; e,
- Liderar na gestão de custos através da simplificação estrutural dos processos internos.

Consolidação do modelo de governação e de gestão de risco

- Prossecução do processo de consolidação do modelo de governação e gestão dos riscos, mantendo a cultura de rigor; e,
- Automatizar a decisão de crédito e otimizar o tempo para a contratação.

JURÍDICO

O Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos, em consonância com o Departamento de Compliance), construir soluções para a contratação de operações e negócios realizados pelo Microbanco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor acções judiciais, relativas à defesa dos direitos do Microbanco, defendendo-o nas acções que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Microbanco.

RISCO

O Departamento de Risco é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Microbanco e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Microbanco se encontra exposto. Faz o acompanhamento da evolução do risco por produto e segmento bem como o acompanhamento do risco ajustado aos principais clientes.

AUDITORIA

O Departamento de Auditoria Interna garante a correcta definição das actividades de controlo que permitam mitigar os riscos operacionais mais relevantes na actividade diária do Microbanco. Este Departamento efectua ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

RECURSOS HUMANOS

O **MICROBANCO CONFIANÇA, SA** move-se pelo foco na satisfação das necessidades financeiras dos Clientes e pelo compromisso de proporcionar uma rentabilidade atractiva aos seus *Stakeholders*. Entendemos que, somente com uma equipa altamente qualificada, motivada e comprometida poderemos oferecer serviços financeiros de qualidade aos nossos clientes e manter a nossa competitividade no mercado, bem como, dar resposta à missão a que o Microbanco se propõe.

Pensando nisto, o **MICROBANCO CONFIANÇA, SA** continua com o compromisso de investir fortemente na formação e desenvolvimento dos colaboradores, por meio de programas de formação e desenvolvimento que visam melhorar as habilidades e competências de cada colaborador.

O Microbanco escuta e dá voz aos seus colaboradores, resultando no sentimento colectivo de confiança, credibilidade, imparcialidade, respeito e orgulho, o que motiva a todos a dar o seu contributo para atingir os objectivos propostos e sentirem-se parte da solução.

Em linha com a estratégia do Microbanco, foram realizadas iniciativas que visam o reforço e o desenvolvimento de competências em várias dimensões, incluindo a mobilidade dos talentos (*intra-equipas* e agências) com objectivo de melhor servir ao cliente e outros domínios relacionados com a actividade do Microbanco, que garantam a continuidade da relação com o cliente, hoje e no futuro, bem como a geração de valor económico.

- A política de remuneração dos colaboradores assenta nos seguintes instrumentos:
- Descrição de funções;
- Qualificações exigidas para funções;
- Tabela salarial (de acordo com a lei);

Sistema de avaliação e gestão de desempenho.

Nos dois últimos anos o número de colaboradores seguiu uma tendência estável, mantendo o total de 97 colaboradores, conforme a representação gráfica que se segue:

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social e Ambiental não ficaram alheias ao **MICROBANCO CONFIANÇA** em 2024. Continuou o seu empenho social com vista a proporcionar comodidade, conforto e eficiência aos clientes.

AGRADECIMENTOS

Olhando para 2025, reiteramos o compromisso contínuo na melhoria á eficiência, satisfação do cliente, inclusão social, bem como completar as metas do negócio de 2024 como programado.

Reiteramos o compromisso de no ano de 2025, continuar na rota de crescimento, da nossa actividade no segmento do crédito particularmente no seguimento de cadeias agrícolas, fazendo as parcerias certas para o nosso negócio e apostar na expansão dos canais de atendimento, procurando estar mais próximo dos nossos clientes.

Uma palavra final de reconhecimento aos colaboradores, pelo seu competente e estimado contributo que se traduziu na resiliência, dedicação e empenho para que conseguíssemos, apesar das adversidades, realizar um trabalho relevante e digno em 2024. Um agradecimento especial, também, aos nossos Clientes, por acreditarem na qualidade dos nossos serviços. Aproveitamos, de igual modo, a oportunidade para reforçar o nosso compromisso com a transparência e com o fornecimento de informações relevantes, fidedignas e que atendam às necessidades dos nossos *stakeholders*.

Aos accionistas, agradecemos a confiança depositada neste Conselho de Administração e Exco, reiterando o compromisso para com a materialização da missão do **MICROBANCO CONFIANÇA SA** e da visão dos Accionistas, potenciando Talento, Inovação e Informação, para servir Clientes com excelência, maximizando o valor.

Ao Banco de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade, bem como a conjuntura económica do País, favorável ao desenvolvimento do nosso negócio;

Aos parceiros financeiros Banco de Moçambique/KFW, SIMBIOTYC e MOZABANCO pela acessibilidade de fundos, compreensão demonstrada e pela colaboração prestada;

Aos órgãos Sociais não Executivos, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente do ambiente de negócio do Microbanco;

Aos Auditores IZA AUDITORES, pela colaboração prestada;

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Bela Vista, 25 de Março de 2025

Atentamente

Bernardo Luís Tembe

(Administrador Delegado)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas do **MICROBANCO CONFIANÇA, SA**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do **Microbanco Confiança SA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No decurso deste exercício, acompanhamos na oportunidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução das actividades do Microbanco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, e dos diversos serviços internos as informações e os esclarecimentos solicitados.

Examinou o Balanço e as demonstrações de resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2023, apresentam-se claros e satisfazem requisitos legais, assim como contem as menções obrigatórias, deles contendo todas elementos indispensáveis.

A Demonstração de Resultados e a Demonstração do Rendimento Integral do Microbanco para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 espelham um lucro líquido de **MZN5 495 347** o qual traduz o resultado da actividade do Microbanco.

Que a demonstração dos Fluxos de Caixa e seus equivalentes apresentou um saldo de **MZM18.982.363**.

O relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Microbanco no exercício findo a 31 de Dezembro de 2024.

Foi notório também que a Auditoria Interna esteve sempre focada em acrescentar valor a gestão de diversas unidades orgânicas, tendo como principal objectivo a avaliação do cumprimento dos procedimentos e princípios estabelecidos. Apreciou de igual modo o relatório dos auditores externos, a **IZA AUDITORES**, relativa as demonstrações financeiras do Microbanco do exercício findo a 31 de Dezembro de 2024, cujo âmbito da auditoria e opinião expressa mereceu sua concordância.

Considera que as demonstrações financeiras e o relatório do conselho de administração, bem como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo a 31 de Dezembro de 2024, estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro, pelo que recomenda sua aprovação em assembleia geral dos accionistas.

O Conselho Fiscal deseja expressar o seu agradecimento ao Conselho de Administração e seus colaboradores pela dedicação e zelo e valiosa colaboração que lhe foi prestada.

Bela Vista, 01 de Abril de 2025

Os Membros:

Agostinho Fernando – Presidente _____

Otilia Zualo – Vogal _____

Olga Jordão – Vogal _____

ÂMBITO DAS RESPONSABILIDADES E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras anuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que deem uma imagem fiel da situação financeira do Microbanco Confiança, S.A. no termo do exercício, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do exercício e outras informações contidas no presente relatório.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas e foram feitas estimativas razoáveis. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas, no entanto, não houve alterações às políticas contabilísticas durante o exercício.

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Microbanco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco no Microbanco centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o negócio.

A função de auditoria interna do Microbanco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso irrestrito, analisa, avalia e quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

O departamento de Auditoria interna, juntamente com os externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. A auditoria está convencida que os auditores externos são independentes. Com base nas informações e explicações dadas pela administração do Microbanco e pelo Banco Central.

O Microbanco adopta uniformemente políticas contabilísticas adequadas e reconhecidas e as normas do Microbanco de Moçambique, sendo estas suportadas por avaliações e estimativas razoáveis e prudentes, numa base coerente. As demonstrações financeiras anuais do Microbanco cumprem as IFRS. É da responsabilidade dos auditores independentes, I2A Auditores, SA, avaliar a apresentação apropriada das demonstrações financeiras anuais. O seu relatório sem ressalvas, destinado aos accionistas do MICROBANCO CONFIANÇA SA.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2024, constantes das páginas 12 a 78, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Microbanco Confiança, S.A, em 27 de março de 2025 e vão assinadas em seu nome pelo:

Atentamente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

Microbanco Confiança, SA.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras do Microbanco Confiança, SA. (“Microbanco”), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 1 e 2 da secção *Bases para a Opinião com Reservas* abaixo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco em 31 de Dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião com Reservas

1. Não recebemos respostas aos nossos pedidos de informações dirigidos para algumas instituições financeiras e os procedimentos alternativos efectuados não se revelaram conclusivos para a validação dos saldos nas rubricas de “Caixa e equivalentes de caixa”, no montante de 5.793.463 Meticais (Nota 12), e de “Empréstimos e suprimentos”, no montante de 58.455.384 Meticais (Nota 18). Consequentemente, não estamos em condições de concluir em que medida a obtenção da referida informação poderia eventualmente afectar as demonstrações financeiras, nem aferir se existem ou não responsabilidades não evidenciadas nas contas do Microbanco à data de 31 de Dezembro de 2024.

2. À data do presente relatório, encontra-se ainda em processo de análise pelos serviços financeiros do Microbanco parte das transacções incluídas nas rubricas de “Activos tangíveis – Direito sob uso de activo” e “Juros e gastos similares”, nos montantes de 29.295.473 Meticais e 15.441.883 Meticais, respectivamente, o que não nos permite apurar, com segurança necessária, que parte dos valores acima referidos deverá ou não ser objecto de regularização contabilística.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estudo descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório do Conselho de Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. O Conselho de Administração espera divulgar o Relatório do Conselho de Administração após a data deste Relatório do Auditor Independente.

A nossa opinião com reservas sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Face ao acima exposto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Microbanco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Microbanco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Entidade Gestora.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Microbanco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

I2A AUDITORES, S.A

Sociedade de Auditores Certificados 22/SCA/OCAM/2017, representada por:



Manuel Joaquim Fonseca (Auditor Certificado nº 26/CA/OCAM/2012)

Maputo, 31 de Março de 2025

Rua dos Desportistas Nr. 833 – Edifício JAT V-3, 13 Piso – Maputo, Moçambique – NUIT:400 593 027
 (+258) 21 35 58 00 @ geral@i2aconsultoria.com www.i2aconsultoria.com

Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
Juros e rendimentos similares	6	238,401,679	185,358,350
Juros e gastos similares	6	(30,088,248)	(14,424,592)
Margem financeira		208,313,431	170,933,758
Rendimentos de serviços e comissões	7	19,998,107	27,420,907
Diferenças cambiais não realizadas		(565,784)	(36,607)
Encargos com serviços e comissões	7	(5,838,380)	(6,615,117)
Serviços e comissões líquidas		13,593,943	20,769,183
Rendimentos operacionais		221,907,374	191,702,941
Imparidade líquida do exercício	13	(30,951,676)	(15,945,052)
Rendimentos operacionais líquidos		190,955,698	175,757,888
Gastos com pessoal	8	(111,705,685)	(103,930,452)
Depreciações e amortizações	15 e 16	(28,145,119)	(22,784,110)
Outros gastos operacionais	9	(42,838,534)	(41,891,004)
Outros rendimentos operacionais	10	2,143,375	3,031,238
Gastos operacionais		(180,545,962)	(165,574,328)
Resultado antes do imposto		10,409,736	10,183,561
Imposto corrente	11	(4,914,389)	(1,406,163)
Imposto diferido	11	-	(6,898,825)
Resultado líquido do exercício		5,495,347	1,878,573

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2024

	Notas	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	6,045,638	1,023,076
Disponibilidades em instituições de crédito	12	12,936,726	12,828,147
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	659,522,138	552,792,778
Outros activos	14	2,792,300	7,749,437
Activos tangíveis	15	169,772,440	160,679,683
Activos intangíveis	16	4,214,992	8,347,737
Despesas com encargo diferido	14	962,745	697,358
Total dos activos		856,246,979	744,118,216
Passivos			
Outros passivos	17	137,033,078	111,446,448
Empréstimos	18	326,499,985	245,453,199
Total dos passivos		463,533,063	356,899,648
Capital próprio			
Capital social	19	400,000,000	400,000,000
Reservas	19	2,859,566	2,295,994
Resultados transitados	19	(15,640,997)	(16,955,999)
Resultado líquido do exercício		5,495,347	1,878,573
Total do capital próprio		392,713,916	387,218,569
Total do capital próprio e passivo		856,246,979	744,118,216

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração das Variações no Capital Próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total de capital próprio
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	400,000,000	2,295,994	(7,640,151)	(9,315,847)	385,339,996
Aplicação do resultado	-	-	(9,315,847)	9,315,847	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1,878,573	1,878,573
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	400,000,000	2,295,994	(16,955,998)	1,878,573	387,218,569
Aplicação do resultado	-	563,572	1,315,001	(1,878,573)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	5,495,347	5,495,347
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	400,000,000	2,859,566	(15,640,997)	5,495,347	392,713,916

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Notas	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		5,495,347	1,878,573
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações	15.16	28,145,119	22,784,110
Perdas por imparidade de crédito	13	30,951,676	15,945,052
Varição de empréstimos e adiantamentos a clientes	13	(137,681,036)	(236,181,160)
Varição de outros activos operacionais	14	4,691,750	(1,408,949)
Varição de passivos operacionais	17	30,501,017	55,219,030
Imposto sobre o rendimento	11	(4,914,389)	8,504,988
Cash flow gerado / (usado) das actividades		(42,810,517)	(133,258,356)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	15	(32,390,573)	(27,875,191)
Aquisição de activos intangíveis	16	(714,555)	-
Cash flow usado nas actividades de investimento		(33,105,129)	(27,875,191)
Actividades de financiamento			
Empréstimos	18	81,046,786	168,600,043
Cash flow usado nas actividades de financiamento		81,046,786	168,600,043
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		5,131,140	7,466,496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	13,851,223	6,384,727
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	18,982,363	13,851,223

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA

1. Introdução

O MICROBANCO CONFIANÇA, SA (doravante designado “Microbanco”), é uma instituição financeira privada, do tipo caixa financeira Rural constituída em 06 de dezembro de 2016 e licenciado pelo Banco Central de Moçambique em julho de 2017, e tem sua Sede em Bela Vista, Distrito de Matutuine, Província de Maputo, Moçambique. O Microbanco presta serviços de concessão de créditos a particulares, particularmente para agricultura, habitação, comércio, serviços, bens de consumo e Microleasing, a colaboradores no sector público e privado.

1.1 Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas

Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Microbanco Confiança SA, foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation

Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

As demonstrações financeiras individuais do Microbanco agora apresentadas são referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024. As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2023. As demonstrações financeiras estão expressas em Meticais, arredondados ao milhar mais próximo e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Microbanco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Microbanco Confiança SA evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contabilísticas descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

1.2 Essas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão na reunião do Conselho de Administração em 22 de Fevereiro 2025 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em sua Assembleia-Geral Ordinária.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras, foram aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e são as que estão descritas abaixo:

(i) 2.2.1. Transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

(ii) Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e as respectivas notas anexas são mensuradas na moeda do ambiente económico em que o Microbanco, designada por moeda funcional, que é o “Metic”, que é também moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são registadas na demonstração dos resultados do exercício. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da correspondente operação.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Dólar Americano	63.9	63.9
Euro	70.65	70.65
Rand Sul-Africano	3.47	3.47

Activos e passivos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da actividade do Microbanco, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do contratante ou da contraparte.

Os activos e passivos financeiros mais significativos do Microbanco são os seguintes:

(a) Activos financeiros

Saldo com outros bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes

Valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado activo, e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo, devendo ser mensurados pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem satisfeitas:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter os activos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do principal em aberto (SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*).

Os créditos a clientes incluem empréstimos concedidos a clientes, depósitos e

outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva menos perdas por imparidade.

Os créditos a clientes e contas a receber são desreconhecidos do balanço quando:

- Os direitos contratuais do Microbanco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram;
- O Microbanco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou
- Não obstante o Microbanco ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Microbanco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidade no Banco Central” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis e com estimativa razoavelmente reduzido da variação do risco na determinação do justo valor, por serem de muito curto prazo.

Activos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por resultados

Os activos financeiros nesta categoria são aqueles que não são mantidos para negociação e foram designados pela Administração no reconhecimento inicial ou são obrigatoriamente avaliados pelo justo valor de acordo com o IFRS 9.

Princípios da mensuração do justo valor

O Microbanco avalia os instrumentos financeiros pelo justo valor em cada data de reporte. O justo valor é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir uma responsabilidade numa transacção ordenada entre os participantes do mercado na data de determinação. A determinação do justo valor baseia-se na presunção de que a transacção para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal do activo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou responsabilidade.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Microbanco.

O justo valor de um activo ou de uma responsabilidade é medido utilizando os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o activo ou a responsabilidade, assumindo que os participantes no mercado actuam no seu melhor interesse económico.

O Microbanco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentam um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para activos e passivos cujos justos valores sejam medidos numa base recorrente, o Microbanco determina se as transferências ocorreram entre os Níveis da hierarquia de justo valor, através da reavaliação da categorização (com base na entrada de nível/ nível mais baixo que é significativa para a medição do justo valor no seu conjunto) no final de cada período de reporte.

Desreconhecimento de activos financeiros

Os activos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos activos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e:

- O Microbanco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou
- O Microbanco não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controlo do ativo transferido.

O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da actividade do Microbanco, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do contratante ou da contraparte.

- Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

O Microbanco desreconhece um activo financeiro, associado a operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, se torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento. A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 (*Stage 1*) para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito. Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação.

Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efectiva original da operação, o Microbanco reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Modificação de créditos

Ocasionalmente, o Microbanco renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a Clientes. Nestas situações, o Microbanco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Microbanco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes factores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou *equity-based return*, que afecte substancialmente o risco do crédito;

- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afecte significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Microbanco desreconhece o activo financeiro original e reconhece o novo activo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Microbanco também avalia se o novo activo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efectuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação, ou modificação, não resulta em desreconhecimento e o Microbanco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do activo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original (ou taxa de juro efectiva ajustada para activos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

Após a modificação, o Microbanco pode determinar que o risco de crédito melhorou significativamente e que os activos passaram do *Stage 3* para o *Stage 2* (*Expected Credit Loss “ECL” life-time*) ou do *Stage 2* para o *Stage 1* (ECL 12 meses). Esta situação apenas pode ocorrer quando o desempenho do activo modificado estiver de acordo com os novos termos do contrato durante um período de doze meses consecutivos. Adicionalmente, o Microbanco continua a monitorizar se houve um aumento significativo do risco de crédito destes activos, aplicando modelos específicos para activos modificados.

(b) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O Microbanco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, impostos a pagar, registados em “outros passivos”.

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

Passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos de outros bancos, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização efectiva dos juros é incluída como custos financeiros em lucros e perdas.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem os empréstimos e os fornecedores e outras dívidas a pagar.

Empréstimos

Os empréstimos são as fontes de financiamento do Microbanco, são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos directos incrementais da transacção e subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a pagar

As obrigações relativas a outros valores a pagar que são mensurados ao custo devido ao entendimento de que este é o justo valor da contraprestação a serem pagas pelo Microbanco pelos bens e serviços recebidos facturados ou não facturados.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é liquidada, perdoada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor original do passivo e o montante pago é reconhecida no resultado.

1.1.1. Imparidade de activos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada (*ECL – Expected Credit Loss*) para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes *stages*, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (*Stage 1*) e *Life-time* (*Stages 2 e 3*). Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios (*Stages*) tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

- Stage 1: Performing** - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflectirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- Stage 2: Under-performing** - Os activos financeiros em que se tenha veri-

ficado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de “default” que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto;

Stage 3: Non-performing - Os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade “default” na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. O incumprimento do contrato pode ser verificado por via de contágio de outros da mesma contraparte que representem mais de 25%. Neste caso, o montante de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCl), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de um montante igual a:

- o Perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada *Stage 1*);
- o Ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como *Stage 2 e Stage 3*);
- o Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

Inputs na Mensuração das perdas esperadas de crédito (ECL)

Os principais *inputs* utilizados para a mensuração das perdas esperadas de crédito (ECL) numa base individual incluem os seguintes Factores de Risco:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default – PD*) – É a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito. As PD são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos compreendendo tanto factores quantitativos como qualitativos. Caso exista uma alteração do grau de risco da contraparte ou da exposição, a estimativa da PD associada também é alterada. Os graus de risco são um *input* de elevada relevância para a determinação das PD associadas a cada exposição. O Microbanco recolhe indicadores de performance e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de clientes e produtos; Periodicamente, o Microbanco verifica se a estimativa das curvas de PD reflectem adequadamente as taxas de incumprimento de observações fora do histórico através de exercícios de *backtesting*. O exercício consiste na definição de um período (geralmente 12 meses) de dados observados fora do período de estimação das curvas de PD, designado período de teste. Durante o exercício, o Microbanco realizou o exercício de *backtest*, para os factores de risco que vigoraram durante o ano de 2024, mas que diferem dos factores de risco actualizados para o fecho das contas de 31 de dezembro de 2023. Com base no resultado do exercício de *backtest* o Microbanco concluiu que existe evidência estatística de que as curvas PD estimadas no modelo de cálculo de imparidade individual reflectem adequadamente as taxas de incumprimento nos produtos inferido.
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*) – Representa a percentagem do valor de um crédito que o Microbanco espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação. O Microbanco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* de contrapartes.
- Exposição no momento do Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*) - A EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. O Microbanco obtém os valores de EAD a partir da exposição actual da contraparte e de alterações potenciais ao valor actual permitido de acordo com as condições contratuais, incluindo amortizações.
- Factores de conversão de crédito (*Credit Conversion Factors – CCF*) - Representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao *default*. O Microbanco utiliza os CCF definidos internamente.

Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos e outros dados históricos relevantes, ajustados de forma a reflectir a informação *forward-looking*.

- Análise Colectiva** – Considera as perdas esperadas para exposições não significativas ou exposições significativas classificadas em *Stage 1*.

O Microbanco efectua uma análise por produtos (homogéneos) para apuramento das perdas por imparidade. A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários macroeconómicos futuros, descontados à taxa de juro nominal dos instrumentos financeiros.

A imparidade colectiva resulta de uma abordagem paramétrica à recuperabilidade do crédito, suportada por informação histórica da carteira de crédito, sendo aplicada de forma automática a todas as operações.

O Modelo de Imparidade do Crédito do Microbanco determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos segmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e do comportamento actual e passado e a visão prospectiva da operação.

Neste sentido, as perdas por imparidade apuradas pelo modelo procuram reflectir:

- Uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;

- O valor temporal do dinheiro; e
- Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais (*Point-in-Time*) e previsões de condições económicas futuras (*Forward Looking*).

Na determinação das perdas esperadas de crédito, o Microbanco procede da seguinte forma:

- Análise Individual (AI)** – Considera as perdas esperadas para exposições significativas classificadas em *Stage 2* ou *Stage 3*.

O Microbanco efectua análise individual qualitativa e quantitativa para assegurar a situação de todos clientes com exposições consideradas significativas para os riscos associados à carteira. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Microbanco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. A Análise Individual (AI), como o próprio nome sugere resulta da análise individualizada a cada um dos clientes não sujeito a análise colectiva ao qual é atribuída uma classificação de imparidade (comparável à Probabilidade de *Default*) e uma estratégia de recuperação.

A análise de cada cliente/Produtos, bem como a existência de perdas por imparidade, deve ter em consideração, entre outros, os seguintes factores:

Aspectos contratuais, avaliando o potencial incumprimento das condições contratuais, ou a existência de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes;

Aspectos financeiros, avaliando a potencial redução das receitas brutas, ou do resultado líquido;

A avaliação das garantias recebidas, incluindo a sua natureza, formalização efectiva, valorização e grau de cobertura;

Esta análise é obtida através de formulários preenchidos pelos analistas e revistos pelos supervisores (responsável máximo da respectiva Área Comercial) e validado pelo Comité de Crédito (CC) e aprovado pelo Conselho de Gerência (CG).

Todas as operações de crédito que forem analisadas de forma individual, mas para as quais não seja reconhecida a imparidade deverá ser atribuída a Imparidade que teria se tivesse sido submetido a uma análise Colectiva. Contudo, metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Microbanco.

iii. Informação “Forward-looking”

De acordo com o modelo assente nos requisitos definidos na IFRS 9, a mensuração das perdas esperadas exige também a inclusão de informação prospectiva (*forward-looking information*) com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente dados macroeconómicos. Neste âmbito, as estimativas de perdas esperadas de imparidade de crédito passam a incluir cenários macroeconómicos cuja probabilidade implícita de materialização é avaliada considerando eventos do mercado, tais como: A taxa de Inflação; a evolução do PIB; e o Prime rate.

1.1.2. Crédito abatido ao activo (*write-off*)

O Microbanco reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo. Este registo ocorre após todas as acções desenvolvidas pelo Microbanco se revelarem infrutíferas.

Os créditos abatidos ao activo são sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais, onde, de acordo com os requisitos legais, devem permanecer registados pelo prazo mínimo de dez anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para cobrança.

1.1.3. Rendimentos e encargos de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva.

Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

1.1.4. Rendimentos provenientes de serviços e comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica “Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado”.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

1.1.5. Activos tangíveis e activos de direito de uso

(a) Activos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os Activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Microbanco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Item	Vida útil média
Imóveis de Serviços Próprios	25
Edifícios Arrendados	10
Mobiliário e Equipamento Administrativo	4
Viaturas	4

Sempre que existem indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos em resultados.

(b) Activos sob direito de uso (Locações)

Os direitos de uso do activo são apresentados conjuntamente com os activos tangíveis na posição financeira. Os Activos sob direito de uso são inicialmente mensurados ao custo e, subsequentemente, ao custo menos quaisquer depreciações e perdas de imparidade acumuladas, e ajustados de quaisquer remensurações do passivo da locação. Os activos sob direito de uso são depreciados desde a entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior.

Passivos de locação

O passivo da locação é inicialmente mensurado ao valor actual dos pagamentos de locação a serem pagos ao longo do prazo de locação, descontados à taxa implícita da locação ou, caso a taxa não possa ser facilmente determinada, à taxa incremental de financiamento do Microbanco. Geralmente, o Microbanco utiliza a sua taxa incremental de financiamento como taxa de desconto.

O passivo da locação é subsequentemente incrementado pelo custo com juros no passivo da locação e diminuído pelos pagamentos de locação efectuados. É remensurado quando existir alteração nos pagamentos futuros de locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, uma alteração na estimativa do montante expectável a pagar sob uma garantia de valor residual, ou se apropriado, alterações na avaliação sobre se uma opção de compra ou de prorrogação é razoavelmente certa de ser exercida ou uma opção de rescisão é razoavelmente certa de não ser exercida.

Julgamento na determinação do prazo da locação

O Microbanco aplicou julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, os quais incluem opções de prorrogação e rescisão. O Microbanco determina o prazo da locação como o período não cancelável, durante o qual tem o direito de utilizar um activo subjacente, juntamente com os períodos abrangidos por uma opção de prorrogar a locação se existir uma certeza razoável de exercer essa opção e os períodos abrangidos por uma opção de rescisão se existir uma certeza razoável de não exercer essa opção.

A avaliação se o Microbanco irá ou não exercer tais opções terá impacto no prazo da locação, o que afectará significativamente o montante dos passivos da locação e dos activos sob direito de uso reconhecidos.

O Microbanco tem a opção, nomeadamente nos contratos de arrendamento de imóveis, de arrendar os activos por prazos adicionais de 1 a 5 anos. O Microbanco aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de prorrogação, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício ou não da mesma.

Quando o Microbanco actua como locador, no início da locação determina se a mesma deve ser classificada como uma locação operacional ou uma locação financeira.

Para classificar cada locação, o Microbanco efectua uma avaliação global sobre se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente. No caso de a locação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente, a mesma é classificada como locação financeira, caso contrário, como locação operacional.

Como parte desta avaliação, o Microbanco considera alguns indicadores tais como se a locação é realizada para a maior parte da vida económica do activo.

1.1.6. Activos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os Activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Software

Os custos incorridos com a aquisição de software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Microbanco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período de vida útil estimado, correspondendo normalmente a 5 anos.

1.1.7. Impostos

(a) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

(b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial da goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Microbanco são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na subcapítulo 2.2.3) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Avaliação do modelo de negócio

A classificação e a mensuração dos activos financeiros dependem dos resultados do teste SPPI e da definição do modelo de negócio. O Microbanco determina o modelo de negócio em função da forma como pretende gerir os activos financeiros e os objectivos de negócio.

O Microbanco monitoriza se a classificação do modelo de negócio é apropriada com base na análise do desreconhecimento antecipado dos activos ao custo amortizado, avaliando se é necessária uma alteração prospectiva da mesma.

Princípio da continuidade

O objectivo principal do **Microbanco Confiança SA** é assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controle interno, informação e sistemas seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida em que o Microbanco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam.

A Administração avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Microbanco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Microbanco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

O capital próprio do **Microbanco Confiança, SA** em 31 de dezembro de 2024 é superior a 90% do seu capital social, o que coloca o **Microbanco Confiança, SA** numa situação privilegiada sob ponto de vista de continuidade. Adicionalmente, esta situação saudável, não deixa de exigir que haja a implementação de medidas para remediar quaisquer potenciais desafios e estamos confiantes que a atenção certa está a ser dada a todos sinais de riscos que necessitem de gestão adequada e serão levadas em conta na Assembleia Geral de Accionistas para aprovação das contas do exercício de 31 de Dezembro de 2024.

4. Novas normas contabilísticas emitidas que já se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Microbanco são descritas abaixo. O Microbanco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornarem efectivas.

- Alterações à IAS 21 – Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade (1 de Janeiro de 2025)
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (1 de Janeiro de 2026)
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos negociados com referência a electricidade gerada a partir de fontes renováveis (1 de Janeiro de 2026)
- Melhorias anuais às IFRS (volume 11) - (1 de Janeiro de 2026)
- IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras (1 de Janeiro de 2027)
- IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações (1 de Janeiro de 2020)

A Administração do Microbanco não espera que a adopção desses pronunciamentos possa vir a gerar impacto material nos resultados, na posição financeira e nos fluxos de caixa esperados.

5. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Microbanco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivos Não Circulantes com acordos (1-Jan-2024)
- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (1-Jan-2024)
- Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma venda e relocação (1-Jan-2024)
- Alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa - Acordos de financiamento de fornecedores (1-Jan-2024)

Refira-se que as alterações acima descritas não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do Microbanco com referência a 31 de Dezembro de 2024.

6. Juros e rendimentos similares

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2024	2023
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	237,531,803	184,756,355
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	869,876	601,995
	238,401,679	185,358,350
Juros e gastos similares		
Juros e encargos similares	(23,313,570)	(8,757,274)
Juros sobre passivos com localização financeira (Nota 17)	(6,774,678)	(5,667,318)
	(30,088,248)	(14,424,592)
	208,313,431	170,933,758

7. Rendimento líquido de taxas e comissões

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Rendimentos de serviços e comissões		
Outros rendimentos de serviços e comissões	19,998,107	27,420,907
	19,998,107	27,420,907
Encargos com serviços e comissões		
Outros encargos com serviços e comissões	(5,838,380)	(6,615,117)
	(5,838,380)	(6,615,117)
	14,159,727	20,805,790

8. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Colaboradores	(107,980,793)	(101,634,135)
Administradores não-executivos	(849,373)	(684,512)
Outros gastos com pessoal	(2,875,518)	(1,611,804)
	(111,705,685)	(103,930,452)

9. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Água e luz	(2,203,837)	(2,000,218)
Consultorias e serviços profissionais	(829,624)	(1,302,526)
Subscrições e material de escritório	(5,004,956)	(4,127,633)
Publicidade, anúncios e patrocínios	(1,689,392)	(1,083,469)
Viagens e acomodação	(4,217,781)	(5,292,485)
Despesas de administradores não-executivos	(146,949)	(58,816)
Custos de veículos	(7,609,303)	(9,074,751)
Comunicações	(4,287,847)	(3,669,872)
Custos judiciais	(1,327,319)	(1,272,132)
Manutenção de instalações	(5,893,976)	(4,219,667)
Custos de formação	(303,292)	(73,892)
Licenças	(1,865,688)	(1,578,960)
Outros custos e fornecimentos	(7,458,571)	(8,136,584)
	(42,838,534)	(41,891,004)

10. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
Outros rendimentos e receitas operacionais	2,143,375	3,031,238
	2,143,375	3,031,238

11. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de imposto sobre o rendimento decompõe-se como se segue:

	2024	2023
Imposto corrente	(4,914,389)	(1,406,163)
Imposto diferido	-	(6,898,825)
	(4,914,389)	(8,304,988)

A reconciliação do imposto corrente para os exercícios de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Taxa de Imposto	2024	2023
Resultado antes de imposto		10,409,736	10,183,561
Imposto a pagar à taxa nominal	32.00%	3,331,116	3,258,739
Correcções fiscais:			
Gastos não dedutíveis	49.55%	1,583,273	5,046,250
Utilização de prejuízos fiscais		-	(6,898,826)
Imposto corrente	13.81%	4,914,389	1,406,163
Pagamento especial por conta		-	(100,000)
Pagamento por conta		(1,636,797)	-
IRPC (Nota 17)		3,277,593	1,306,163

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024



O movimento dos impostos diferidos em 2023 apresentou-se como segue:

	31-Dez-2022	Demonstração de Resultados		31-Dez-2023
		Gastos	Rendimentos	
Activos por imposto diferido				
Prejuizos	6,898,825	6,898,825	-	-
	<u>6,898,825</u>	<u>6,898,825</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Microbanco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Microbanco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição financeira do Microbanco durante um período de 10 anos, podendo resultar eventuais correcções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, Imposto de Selo, podendo resultar em eventuais correcções.

O Conselho de Administração acredita que o Microbanco cumpriu com todas as obrigações fiscais a que se encontra sujeito, pelo que, não se espera, que eventuais correcções às respectivas matérias colectáveis declaradas, decorrentes destas revisões, venham a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em caixa apresentaram uma evolução gradual e sustentável em 2023, e considera todos valores com maturidade inferior a um mês e incluem valores em caixa e disponibilidades em instituições de crédito que advém da aposta recuperação de créditos cada vez mais diversificado e expressiva.

As disponibilidades em caixa apresentam-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Caixa e disponibilidades em Banco Central	6,045,638	1,023,076
Disponibilidades sobre instituições de crédito	12,936,726	12,828,147
	<u>18,982,363</u>	<u>13,851,223</u>

A rubrica “Disponibilidades em instituições de crédito” refere-se, principalmente, aos saldos depositados em bancos comerciais nacionais, como o BCI, Millennium BIM, ABSA, MozaBanco e Access Bank, destinados a cobrir transações de saque. Esses saldos, em meticais ou em dólares convertidos para moeda funcional, possuem liquidez imediata.

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

O Microbanco continua focado no apoio às famílias e MPME's, destacando-se na concessão de crédito a pequenos produtores rurais na Província de Maputo. Possui uma equipa qualificada, com elevados padrões de qualidade, e mantém uma forte relação de proximidade com os clientes, o que permitiu expandir a sua carteira de crédito com um serviço de excelência.

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Empréstimo a clientes	709,595,239	575,904,170
Juros a receber	22,629,480	21,804,622
	<u>732,224,719</u>	<u>597,708,792</u>
Imparidades de Créditos		
Estácio 1 13.1	(10,792,761)	(9,106,192)
Estácio 2 13.1	(13,327,919)	(9,184,911)
Estácio 3 13.1	(48,581,901)	(26,624,913)
	<u>(72,702,581)</u>	<u>(44,916,016)</u>
Total	659,522,138	552,792,776

1.1 Imparidade acumulada

O movimento de imparidades durante o exercício apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Saldo de abertura a 1 de Janeiro 2023	(44,916,015)	(29,514,217)
Imparidade do exercício	(39,086,577)	(26,249,724)
Reversões	8,134,902	10,304,672
Utilizações	3,165,110	543,254
Saldo a 31 de Dezembro 2023	<u>(72,702,581)</u>	<u>(44,916,015)</u>

14. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Outros valores a receber	2,792,300	7,749,437
Acréscimos e diferimentos	962,745	697,358
	<u>3,755,045</u>	<u>8,446,796</u>

A rubrica de outros valores a receber refere-se, maioritariamente, a adiantamentos concedidos a diversos trabalhadores.

A rubrica de acréscimos e diferimentos refere-se a encargos diferidos relacionados a seguros e rendas, contabilizados para refletir as despesas incorridas no período, mas que serão efectivamente pagas ou apropriadas em períodos subsequentes.

Activos tangíveis e sob direito de uso

	Edifícios	Equipamento	Mobiliário e equipamento administrativo	Viaturas e motorizadas	Direito de Uso	Total
31 de Dezembro de 2023	145,642,405	16,252,292	7,327,658	10,678,581	46,057,025	225,957,961
Adições	-	-	710,897	-	31,679,676	32,390,573
31 de Dezembro de 2024	<u>145,642,405</u>	<u>16,252,292</u>	<u>8,038,555</u>	<u>10,678,581</u>	<u>77,736,701</u>	<u>258,348,535</u>
Depreciações acumuladas						
01 de Janeiro de 2024	(10,809,406)	(6,534,426)	(4,303,697)	(7,531,490)	(18,181,834)	(47,360,853)
Depreciação do exercício	(2,912,848)	(2,073,306)	(1,000,393)	(1,496,094)	(10,434,782)	(17,917,423)
31 de Dezembro de 2023	<u>(13,722,254)</u>	<u>(8,607,732)</u>	<u>(5,304,090)</u>	<u>(9,027,584)</u>	<u>(28,616,616)</u>	<u>(65,278,276)</u>
Depreciação do exercício	(2,912,848)	(2,092,694)	(1,056,122)	(304,936)	(16,931,219)	(23,297,819)
31 de Dezembro de 2024	<u>(16,635,102)</u>	<u>(10,700,426)</u>	<u>(6,360,212)</u>	<u>(9,332,520)</u>	<u>(45,547,835)</u>	<u>(88,576,095)</u>
Valor líquido contabilístico						
31 de Dezembro de 2023	<u>131,920,151</u>	<u>7,644,566</u>	<u>2,023,568</u>	<u>1,650,997</u>	<u>17,440,409</u>	<u>160,679,685</u>
31 de Dezembro de 2024	<u>129,007,303</u>	<u>5,551,866</u>	<u>1,678,343</u>	<u>1,346,061</u>	<u>32,188,866</u>	<u>169,772,440</u>

O movimento registado nos activos sob direito de uso analisa-se como segue:

	Edifícios	Viaturas	Total
Custo de aquisição:			
01 de Janeiro de 2024	4,902,731	22,972,460	27,875,191
Adições	2,384,202	29,295,473	31,679,675
31 de Dezembro de 2023	7,286,933	52,267,933	59,554,866
Depreciações:			
01 de Janeiro de 2024	(2,000,163)	(8,434,618)	(10,434,781)
Adições	(1,023,375)	(15,907,844)	(16,931,219)
31 de Dezembro de 2024	(3,023,538)	(24,342,462)	(27,366,000)
Valor líquido contabilístico	4,263,395	27,925,471	32,188,866

Activos intangíveis

	Software	Canais Digitais	Total
Custo de aquisição:			
31 de Dezembro de 2023	24,236,498	250,540	24,487,038
Adições	-	714,555	714,555
Transferências	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	24,236,498	965,095	25,201,594

	Software	Software	Total
Amortizações e imparidades			
1 de Janeiro de 2023	(11,292,002)	-	(11,292,002)
Amortização Exercício	(4,847,300)	-	(4,847,300)
31 de Dezembro de 2023	(16,139,302)	-	(16,139,302)
Amortização Exercício	(4,847,300)	-	(4,847,300)
31 de Dezembro de 2024	(20,986,602)	-	(20,986,602)

Valor líquido contabilístico

	Software	Software	Total
01 de Janeiro de 2023	12,944,496	321,764	13,266,260
31 de Dezembro de 2023	12,944,496	250,540	13,195,036
31 de Dezembro de 2024	3,249,897	965,095	4,214,992

O valor mais significativo nos activos intangíveis refere-se ao sistema “Orbit-R Core Banking”, para apoio comercial, no âmbito da aposta para digitalização dos processos.

15. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Acréscimos de gastos	5,323,677	4,244,837
Impostos a pagar	4,127,047	8,714,109
Outras contas a regularizar	11,195,186	8,827,340
Passivos de locações - Partes relacionadas (Notas 15 e 20)	33,288,013	18,587,759
Outros passivos	79,821,563	71,072,403
	<u>133,755,485</u>	<u>111,446,448</u>

Os montantes relativos aos impostos a pagar têm a seguinte composição:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Imposto sobre o rendimento	-	1,306,163
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	3,019,504	6,022,917
INSS - Segurança social	443,340	407,183
Imposto de selo	664,203	877,847
	<u>4,127,047</u>	<u>8,614,109</u>

O movimento ocorrido nos passivos de locações realizado com partes relacionadas apresenta-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
01 de Janeiro	18,587,759	-
Adições (Nota 15)	16,931,219	27,875,191
Juros (Nota 6)	6,774,678	5,667,318
Pagamentos	(9,005,643)	(14,954,750)
	<u>33,288,013</u>	<u>18,587,759</u>

Os montantes relativos às locações reconhecidos em resultados são os seguintes:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Depreciações dos activos sob direito de uso (Nota 15)	16,931,219	10,434,782
Juros sobre passivos com locação financeira (Nota 6)	6,774,678	5,667,318
	<u>23,705,897</u>	<u>16,102,100</u>

A rubrica “Outros passivos” é, essencialmente, representada por pagamentos antecipados de prestações de crédito (31.734.217 Meticais), dívida à Hluvuku relacionada com as rendas e juros vencidos referentes às locações e do empréstimo (32.056.872 Meticais – Nota 20), adiantamentos (12.770.671 Meticais) entre outros.

16. Empréstimos e suprimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
BCI	-	10,000,000
Banco de Moçambique - Linha KFW	58,455,384	62,859,704
Mozabanco	18,223,892	27,539,078
Mozabanco - Linha IFAD	186,542,384	123,750,000
KIVA Microfunds	-	21,293,474
SIMBIOTYC	63,269,494	-
Cartão de crédito	8,832	10,943
Total	326,499,985	245,453,199

Esta rubrica é, essencialmente, composta por empréstimo concedidos pelo IFAD através de uma parceria com o MozaBanco, no valor de 254 Milhões meticais a taxa de juros fixa de 4%, pelo KFW por intermédio do Banco de Moçambique, no valor de 62 Milhões com taxa de juros de 0.5%, e MOZABANCO no valor de 30 Milhões com uma taxa de juros de 12%, SIMBIOTYC a taxa de juros de 17.25%, líquido de impostos de exportação de rendimento de capitais.

17. Capital social

O Capital social do Microbanco no montante de 400,000,000 Meticais é representado por 400acções, de valor nominal de 1000 Meticais cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

	Valor	Nº Acções
Hluvuku	392,000,000	392,000
Bernardo Tembe	4,000,000	4,000
Paulo Cuvila	961,371	961
Samora Xavier Sique	961,371	961
Francisco Alfredo Cuamba	961,371	961
Marquita Atalina Tembe	438,836	438
Daniel Jose Machava	242,665	242
Helia Ester Onesmo Cumaio	192,015	192
Margarida Francisca Chongola	127,649	127
Xavier Darbo	114,722	114
Total	400,000,000	400,000

A reserva legal é constituída em conformidade com o disposto no artigo 82, nº 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O resultado apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 foi transferido para resultados transitados.

18. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

	Activos financeiros	Passivos financeiros
31-Dez-2024		
Hluvuku (Nota 17)	-	65,344,885

	Activos financeiros	Passivos financeiros
31-Dez-2023		
Hluvuku (Nota 17)	-	18,587,759

A transações com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

	Activos sob direito de uso
31-Dez-2024	
Locações (Nota 15)	32,390,573
	32,390,573
31-Dez-2023	
Locações de viaturas (Nota 15)	22,972,460
Locações de imóveis (Nota 15)	4,902,731
	27,875,191

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Microbanco.

O Conselho de Administração auferiu remuneração durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 8,805,510 Meticais (2023: 8.153.726 Meticais).

19. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros analisa-se como segue:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Activos financeiros ao custo amortizado		
Caixa	6,045,638	1,023,076
Disponibilidades em instituições de crédito	12,936,726	12,828,147
Empréstimos e adiantamentos a clientes	659,522,138	552,792,778
Outros activos	3,755,045	8,446,796
Total de activo	682,259,547	575,090,797
Passivos financeiros		
Outros passivos	137,033,078	111,446,448
Empréstimos	326,499,985	245,453,199
Total de passivo	463,533,063	356,899,648

20. Justo valor de Activos e passivos financeiros

A Microbanco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base regular, a Microbanco mediu consistentemente os níveis na hierarquia ao reavaliar a categorização no final de cada período.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

31-Dez-2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	659,522,138	-	659,522,138
	-	659,522,138	-	659,522,138

31-Dez-2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	552,792,778	-	597,708,792
	-	552,792,778	-	597,708,792

A tabela que segue demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Microbanco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	31-Dez-2024		31-Dez-2023	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	732,224,719	717,580,225	597,708,792	585,754,617
	732,224,719	717,580,225	597,708,792	585,754,617
Passivos financeiros				
Recursos de Instituições de crédito	326,499,985	213,597,453	245,453,199	64,755,888
	326,499,985	213,597,453	245,453,199	64,755,888

O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais e os saldos de Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito e aplicações em outras instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos. A maioria dos activos e passivos financeiros do Microbanco estão sujeitos a taxas de juro variáveis pelo que os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

21. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A boa gestão do risco é essencial para o sucesso do Microbanco, e desempenha um papel crucial ao permitir que a gestão funcione de maneira mais eficaz num ambiente em mudança. A gestão do risco evoluiu até ser uma das principais competências, e é essencial para a avaliação de alternativas estratégicas e para a definição de objectivos, no âmbito de um modelo para gestão do risco que assegura o alinhamento com a apetência pelo risco e a estratégia global do Microbanco. A área comercial toma os riscos de forma direccionada, e que estes riscos sejam geridos de forma profissional. As principais funções da gestão do risco consistem em identificar todos os riscos fundamentais, mensurar esses riscos, gerir as posições de risco e determinar as distribuições de capital. O Microbanco Confiança, S.A. revê regularmente as suas políticas e sistemas para gestão do risco, de modo a reflectir alterações nos mercados, produtos e melhores práticas de mercado, para alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e o rendimento, e minimizar potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro. O Microbanco define risco como a possibilidade de perdas ou de lucros perdidos, que podem depender de factores internos ou externos. Os riscos decorrentes de instrumentos financeiros a que esteja exposto são riscos financeiros, que incluem o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de e o risco operacional.

Enquanto o Responsável pelo Risco define o modelo para gestão do risco, as decisões quotidianas sobre o que constitui um risco aceitável são tomadas pelos gestores na linha da frente do negócio. O responsável pelo Risco, porém, desempenha um papel crucial para permitir que o negócio tome decisões comerciais acertadas e para aplicar normas melhoradas de governação.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco mais importante no sector bancário, definindo como o risco da contraparte em incumprir o pagamento da sua obrigação. Refere ainda, que o risco de crédito se divide em várias componentes de risco, das quais se destacam as seguintes:

- o Risco de incumprimento (*default*): é o risco de o mutuário não cumprir com o serviço da dívida de um empréstimo resultante de um evento de *default*, em certo período. Exemplos: o atraso no pagamento; a reestruturação de uma operação e a falência ou liquidação do devedor, que podem provocar uma perda total ou parcial do valor emprestado à contraparte;
- o Risco de concentração: possibilidade de perdas em função da concentração de empréstimos elevados a um pequeno número de mutuários e/ou grupos de risco, ou em poucos sectores de actividade;
- o Risco de degradação da garantia (colateral): não resulta em uma perda imediata, mas sim na probabilidade de ocorrer um evento de *default* pela queda da qualidade da garantia oferecida, ocasionada por uma desvalorização do colateral no mercado, ou pelo desaparecimento do património pelo mutuário.

O risco de crédito é considerado como o principal risco subjacente à actividade bancária, sendo que a sua gestão consiste na execução de estratégias de maximização de resultados face a exposição dos riscos assumidos nas operações de crédito concedidas, respeitando sempre as exigências regulamentares.

Os modelos de risco de crédito adoptados no MICROBANCO CONFIANÇA, SA desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de Clientes Particulares.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de scoring relativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre Clientes e não Clientes (ou Clientes recentes).

A actividade de risco de crédito tem como funções principais:

- Definir as regras de provisionamento/cálculo de imparidade;
- Definir o processo de análise de risco;
- Analisar os riscos de concentração/individual, sectoriais e geográficos;
- Definir e monitorizar limites internos de contrapartes; e
- Monitorizar a implementação de planos de redução de riscos, através de acompanhamento da carteira de crédito vencido.

Por forma a mitigar o risco de crédito, a análise da carteira tem em conta os seguintes parâmetros:

- o Histórico do Cliente em que se apura a existência de incidentes, incumprimentos, penhoras ou dívidas;

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024



- Limites de exposição ao risco de crédito em que se atribui um rating interno mediante a avaliação da capacidade creditícia das contrapartes, bem como a definição de limites máximos de exposição às contrapartes;
- Risco de incumprimento onde são rejeitados os Clientes com rating de elevada probabilidade de incumprimento; e,
- Garantias pessoais ou reais no acto da concepção de crédito a fim de mitigar a exposição do Microbanco a esta contraparte.

Limites de Crédito

Indicadores	Limite	Definido e Acompanhado Por
-------------	--------	----------------------------

Limite Máximo de Exposição individual

Um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si	25% FPR	BdM
Um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si - Partes Relacionadas	10% FPR	BdM
Limite Máximo de Exposição-Particulares (% Total da carteira)	2%	C.A

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço

Os modelos de risco de crédito, desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito, baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para a carteira de crédito particulares bem como para MPME's

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e de cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. A actividade de risco de crédito, tem como funções principais:

- Definir o processo de análise de risco;
- Analisar os riscos sectoriais;
- Analisar os riscos de concentração;
- Definir e monitorar limites internos de contrapartes;
- Monitorar a implementação de planos de redução de riscos, através de acompanhamento da carteira de crédito vencido.

Por forma a mitigar o risco de crédito, análise da carteira tem em conta os seguintes parâmetros:

- Histórico do cliente em que se apura a existência de incidentes, incumprimentos, dívidas;
- Limites de exposição ao risco de crédito em que se atribui um rating interno mediante a avaliação da capacidade endividamento, bem como a definição de limites máximos de exposição às contrapartes;
- Risco de incumprimento onde são rejeitados os clientes com elevada probabilidade de incumprimento;
- Garantias mínimas aceitáveis (bens domésticos, equipamento, Hipoteca) no acto da criação do crédito, a fim de mitigar a exposição do Microbanco a esta contraparte.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a informação relativa à exposição do Microbanco ao risco de crédito por tipologia de activos financeiros, apresenta o seguinte detalhe:

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6,045,638	1,023,076
Disponibilidades em instituições de crédito	12,936,726	12,828,147
Empréstimos e adiantamentos a clientes	659,522,138	552,792,776
Outros activos	3,755,045	8,446,796
Total do activo na demonstração da posição financeira	682,259,546	575,090,794
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	3,562,875	-
	3,562,875	-
Total da exposição ao risco de crédito	685,822,421	575,090,794

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do MICROBANCO CONFIANÇA, SA, na tabela abaixo apresentado, foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento";
- Créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos em incumprimento"
- créditos com saldos vencidos entre 31 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

31-Dez-2024	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito vivo	562,267,531	125,955,882	-	688,223,413
Nem vencido nem em imparidade	562,267,531	-	-	562,267,531
Em imparidade	-	125,955,882	-	125,955,882
Crédito vencido	-	-	44,001,306	44,001,306
Em imparidade	-	-	44,001,306	44,001,306
Total	562,267,531	125,955,882	44,001,306	732,224,719

2023	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito vivo	550,939,818	20,144,061	-	571,083,879
Nem vencido nem em imparidade	550,939,818	-	-	550,939,818
Em imparidade	-	20,144,061	-	20,144,061
Crédito vencido	-	-	26,624,913	26,624,913
Em imparidade	-	-	26,624,913	26,624,913
Total	550,939,818	20,144,061	26,624,913	597,708,792

- **Exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito**

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2024	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito				Valor líquido das garantias	Exposição líquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Viaturas	Propriedades e Imóveis	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	12,936,726	-	-	-	-	12,936,726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	732,224,719	121,852,633	3,562,875	501,263,599	626,679,106.85	105,545,612.19
Particulares	732,224,719	121,852,633	3,562,875	501,263,598.63	626,679,106.85	105,545,612.19
Outros activos	5,391,842	-	-	-	-	5,391,842
	750,553,287	121,852,633	3,562,875	501,263,599	626,679,107	123,874,180

2023	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito				Valor líquido das garantias	Exposição líquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Viaturas	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	12,828,147	-	-	-	-	12,828,147
Empréstimos e adiantamentos a clientes	597,708,792	20,282,387	2,017,496	294,370,776	316,670,658.62	281,038,133.82
Particulares	597,708,792	20,282,387	2,017,496	294,370,775.76	316,670,658.62	281,038,133.82
Outros activos	10,862,017	-	-	-	-	10,862,017
	621,398,956	20,282,387	2,017,496	294,370,776	316,670,659	304,728,298

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Garantias de natureza pessoal (móveis não quantificados);
- Inventário e contas a receber;
- Equipamento.

Os Estes bens quando arrematados por recuperação de créditos vencidos, são registados pelo valor pelo qual foram adjudicados.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registadas na rubrica "Outros resultados de exploração".

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento (Nível 3), e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Os créditos reestruturados são classificados no Nível 2, no entanto, pode ocorrer que um crédito tenha um número de dias em atraso que o colocaria sob determinada classificação de imparidade, mas devido a circunstâncias excepcionais o mesmo é classificado na sua pior posição. Este é o propósito do triggers/indicadores de imparidade, possibilitar a classificação de imparidade mais adequada ao empréstimo em causa considerando outras características além do número de dias em atraso. A classificação de imparidade atribuída em cada data de referência será o máximo entre a classificação atribuída através do número de dias em atraso e a classificação atribuída através do indicador de imparidade.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital, mas o MICROBANCO CONFIANÇA, SA acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao MICROBANCO CONFIANÇA, SA como garantia. À data de balanço, o MICROBANCO CONFIANÇA, SA não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Imparidade dos activos financeiros ao custo amortizado

O Microbanco efetua periodicamente análise de imparidades dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber. Os activos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

- ❖ Stage 1 – Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- ❖ Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- ❖ Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do stage da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em stage 1; e,
- Perdas esperadas lifetime: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais.
- A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros e capital;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características do produto e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Estes activos encontram-se em imparidade quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Microbanco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a Agricultura;
- Crédito a pequenos negócios;
- Crédito a MPME's;
- Crédito ao Setor Público (FAE e FDS);
- Crédito à habitação;
- Microleasing; e,
- Crédito ao consumo;
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos não cobertos por garantias são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e Rendimentos Similares, se cobrados no mesmo exercício ou na rubrica “Outros Resultados de Exploração”, se cobrados nos exercícios posteriores.

De acordo com a política em vigor no Microbanco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Microbanco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”. Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

2024	Valor do balanço	Imparidade	Valor revisto
Empréstimos e adiantamentos a clientes	709,595,239	(72,702,581)	636,892,658
	709,595,239	(72,702,581)	636,892,657

2023	Valor do balanço	Imparidade	Valor revisto
Empréstimos e adiantamentos a clientes	575,904,170	(44,916,015)	530,988,155
	575,904,170	(44,916,015)	530,988,154

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do MICROBANCO CONFIANÇA, SA têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A composição por sectores de actividade da exposição de crédito a clientes, apresenta-se como segue:

31-Dez-2024	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	5,793,463	-	-	-	5,793,463
Financeiro	-	12,936,726	-	-	12,936,726
Comércio	-	-	102,635,963	-	102,635,963
Serviços	-	-	53,968,745	-	53,968,745
Transportes e comunicações	-	-	15,689,321	-	15,689,321
Agricultura e pesca	-	-	359,396,875	-	359,396,875
Outros sectores	-	-	177,904,335	5,391,842	183,296,177
	5,793,463	12,936,726	709,595,239	5,391,842	733,717,269

31-Dez-2023	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	830,417	-	-	-	830,417
Financeiro	-	12,828,147	-	-	12,828,147
Comércio	-	-	89,925,369	-	89,925,369
Serviços	-	-	53,968,745	-	53,968,745
Transportes e comunicações	-	-	12,362,362	-	12,362,362
Agricultura e pesca	-	-	181,968,236	-	181,968,236
Outros sectores	-	-	237,679,458	10,206,580	247,886,038
	830,417	12,828,147	575,904,170	10,206,580	599,769,314

Risco de Liquidez

A gestão de um adequado grau de liquidez é uma das preocupações centrais do MICROBANCO CONFIANÇA para garantir o financiamento da carteira fazer frente ao vencimento das responsabilidades assumidas.

O Conselho de Administração define ALCO como a estratégia para supervisão da gestão do risco de liquidez. O ALCO aprovou as políticas de liquidez do Microbanco e os procedimentos criados pelo departamento do Risco e Conformidade.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade do Microbanco Confiança, SA não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

As políticas de gestão do risco de liquidez são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos - ALCO) do Microbanco Confiança. Esta responsabilidade esta encarregue a Direção Financeira que faz de forma sistemática, análises mensais dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados, os volumes de cash inflows e cash outflows, bem como os respetivos gaps (diferenciais) de liquidez e reportes de evolução das métricas de monitorização do risco de liquidez

De seguida apresentam-se os mapas referentes ao risco de liquidez, considerando a totalidade dos fluxos de caixa contratuais não descontados dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

31-Dez-2024	À ordem	Entre 1 a 12 meses	ate 24 meses	Superior a 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6,045,638	-	-	-	-	6,045,638
Disponibilidades em instituições de crédito	12,936,726	-	-	-	-	12,936,726
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49,856,286	299,758,363	274,858,698	157,782,698	-	782,256,044
Outros activos	3,755,045	-	-	-	-	3,755,045
Total de activos	72,593,695	299,758,363	274,858,698	157,782,698	-	804,993,453
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	137,033,078	137,033,078
Empréstimos	-	46,589,725	44,826,109	235,084,152	-	326,499,985
Total de passivos	-	46,589,725	44,826,109	235,084,152	137,033,078	463,533,063
Gap de liquidez	72,593,695	253,168,637	230,032,589	(77,301,454)	(137,033,078)	341,460,390

31-Dez-2023	À ordem	Entre 1 a 12 meses	ate 24 meses	Superior a 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,023,076	-	-	-	-	1,023,076
Disponibilidades em instituições de crédito	12,828,147	-	-	-	-	12,828,147
Aplicações em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35,635,623	121,576,850	143,492,144	15,966,042	-	316,670,659
Outros activos	(22,137,983)	33,000,000	-	-	-	10,862,017
Total de activos	27,348,863	154,576,850	143,492,144	15,966,042	-	341,383,898
Passivos financeiros						
Outros passivos	-	-	-	-	57,062,687	57,062,687
Empréstimos	-	20,094,180	10,094,180	67,528,797	-	97,717,158
Total de passivos	-	20,094,180	10,094,180	67,528,797	57,062,687	154,779,845
Gap de liquidez	27,348,863	134,482,669	133,397,963	(51,562,755)	(57,062,687)	186,604,053

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados no máximo mais de 12 meses após o período de relatório. Não foram considerados eventuais incumprimentos ou reembolsos antecipados.

O Departamento Financeiro é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Microbanco.

Risco de mercado

A estratégia de gestão e a tolerância ao risco de mercado encontram-se devidamente articuladas com a estratégia global de gestão de risco e continuam a ser estabelecidas em conformidade com a declaração de apetite de Risco de Microbanco Confiança.

Assim o risco de mercado do Microbanco Confiança não foi materialmente relevante, mas foi sempre alvo de uma constante monitorização, através do acompanhamento sistemático da carteira

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial dos activos e passivos do Microbanco e corresponde ao risco do valor actual dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado. Numa perspectiva analítica, é útil distinguir diferentes tipologias de risco de taxa de juro, com vista a isolar, com maior precisão, a origem do risco na estrutura de balanço das instituições.

O risco de taxa de juro do balanço é avaliado através da análise de gaps, que foi uma das primeiras técnicas desenvolvidas para mensuração do risco da taxa de juro, e continua a ser muito utilizada para produzir um indicador simples da sensibilidade da conta de resultados à variação das taxas de juro (perspetiva do rendimento). Do ponto de vista operacional, esta técnica resulta do apuramento do designado *repricing gap*, ou seja, a diferença entre activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro em cada banda temporal de uma tabela de maturidade/*repricing*. Este *repricing gap* pode ser multiplicado por uma variação da taxa de juro para obter uma aproximação à variação na margem financeira para cada banda temporal que resultaria de tal movimento na taxa de juro.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro passa por minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro, com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital, indicadores dos limites definidos.

A dimensão da exposição ao risco de taxa de juro, de acordo com os resultados preliminares, mantém o cumprimento do respetivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração de Apetência pelo Risco do Microbanco, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de juro controlado.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, a sensibilidade dos instrumentos financeiros, por tipo de taxa de juro, apresentam o seguinte detalhe:

31-Dez-2024	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	6,045,638	6,045,638
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	12,936,726	12,936,726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	148,689,775	296,911,484	286,623,460	-	732,224,719
Outros activos	-	-	-	3,755,045	3,755,045
Total de activos	148,689,775	296,911,484	286,623,460	22,737,408	754,962,129
Passivos financeiros					
Outros passivos	-	-	-	137,033,078	137,033,078
Empréstimos	24,863,183	31,785,614	269,851,188	-	326,499,985
Total de passivos	24,863,183	31,785,614	269,851,188	137,033,078	463,533,063
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	123,826,592	265,125,870	16,772,272	(114,295,669)	291,429,066

31-Dez-2023	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	1,023,076	1,023,076
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	12,828,147	12,828,147
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49,856,286	201,588,949	346,263,557	-	597,708,792
Outros activos	-	-	-	8,446,795	8,446,795
Total de activos	49,856,286	201,588,949	346,263,557	22,298,018	620,006,810
Passivos financeiros					
Outros passivos	-	-	-	112,471,681	112,471,681
Empréstimos	6,461,358	36,614,364	202,377,477	-	245,453,199
Total de passivos	6,461,358	36,614,364	202,377,477	112,471,681	357,924,880
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	43,394,928	164,974,585	143,886,080	(90,173,663)	262,081,930

Risco cambial

Traduz-se na probabilidade do valor de um instrumento financeiro se alterar devido à flutuação da taxa de câmbio da moeda estrangeira associada ao instrumento.

O Microbanco monitoriza o risco através de análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação, principalmente do Dólar Americano. Note-se que o Microbanco tem muito poucas operações passivas em moeda estrangeira. Ainda assim são ativamente analisadas e reavaliação cambial, as diferenças resultantes não representam um custo ou margem com impacto significativo no balanço.

As perdas potenciais resultantes do câmbio entre divisas representam folgas suficientes e encontram-se longe do limite de tolerân-

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024



cia estabelecido. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a exposição dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

31-Dez-2024	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em banco central	5,860,997	86,534	35,023	60,180	2,903	6,045,638
Disponibilidades sobre instituições de crédito	12,790,239	146,487	-	-	-	12,936,726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	709,595,239	-	-	-	-	709,595,239
Outros activos	3,755,045	-	-	-	-	3,755,045
	732,001,520	233,021	35,023	60,180	2,903	732,332,647
Passivos financeiros						
Empréstimos	326,499,985	-	-	-	-	326,499,985
Outros passivos	133,755,485	-	-	-	-	133,755,485
	460,255,471	-	-	-	-	460,255,471
Exposição líquida	271,746,049	233,021	35,023	60,180	2,903	272,077,177

31-Dez-2023	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em banco central	895,945	3,451	55,349	65,425	2,907	1,023,077
Disponibilidades sobre instituições de crédito	12,828,147	12,710	-	-	-	12,840,857
Empréstimos e adiantamentos a clientes	597,708,792	-	-	-	-	597,708,792
Outros activos	8,446,795	-	-	-	-	8,446,795
	619,879,679	16,161	55,349	65,425	2,907	620,019,521
Passivos financeiros						
Empréstimos	245,453,199	-	-	-	-	245,453,199
Outros passivos	111,446,448	-	-	-	-	111,446,448
	356,899,647	-	-	-	-	356,899,647
Exposição líquida	262,980,032	16,161	55,349	65,425	2,907	263,119,874

Risco Operacional

A estratégia de gestão do risco operacional, alinhada com a estratégia global de gestão de risco, continua a ser estabelecida em conformidade com a declaração de apetência pelo risco do Microbanco, visando gerir o risco operacional, mantendo-o dentro dos níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração (CA), e mitigar outros impactos negativos relevantes, nomeadamente, na concretização de objectivos estratégicos, de reputação ou do cumprimento de requisitos regulamentares e é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo de Risco e Conformidade com atribuições específicas.

A Direção de Risco e Conformidade comporta a gestão do risco operacional através Unidade de Gestão Risco Operacional.

A nível de risco operacional trabalhou-se na consolidação dos processos e procedimentos, com foco na identificação e avaliação dos eventos de risco operacional e definição de planos de ação para reforço dos controlo e mitigação de impactos futuros.

Segurança da informação e ataques cibernéticos

O Sistema de Gestão de Segurança da Informação tem como objectivo proteger a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação corporativa, além de conscientizar os envolvidos quanto às suas responsabilidades. Para garantir a segurança das informações e prevenir ataques cibernéticos, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Planos de continuidade de serviços, testados e auditados periodicamente; Segurança da informação e ataques cibernéticos
- Testes de vulnerabilidades;
- Infraestrutura de segurança para proteção das redes de comunicação, sistemas e aplicações;
- Controlo de acesso em sistemas e recursos de IT; e
- Auditorias periódicas (internas e externas) relacionadas ao tema

O Microbanco definiu na Agenda Estratégica, a priorização do investimento em tecnologias para sua rápida transformação e adopção de serviços online, tornando seus produtos e serviços mais ágeis, competitivos, melhorias no tratamento de dados, processos e transformação do negócio. E nisso estará sempre exposto a riscos decorrentes do incremento da disponibilização de serviços no ciberespaço. O cibercrime tem-se revelado uma revenue stream para os ciber-criminosos cada vez mais lucrativa, se tivermos em conta que a média dos custos associados ao Data Breach rondou cerca de quatro milhões de dólares americanos, segundo o relatório da IBM.

Essa aceleração no programa de transformação digital terá consequência no incremento de ataques cibernéticos e pode afectar a capacidade de operar e trazer custos financeiros elevados e consequências a curto e longo prazo, assim, vamos reforçar e a robustecer uma aposta consistente centrada numa cultura de cibersegurança.

Crédito concedido a Partes correlacionadas

O Microbanco Confiança, S.A. definiu e formalizou internamente políticas, regras e procedimentos relativos a financiamento a partes correlacionadas

Os membros do órgão de administração ou fiscalização não podem participar na apreciação e decisão de operações de concessão de crédito que a si directa ou indirectamente respeitem, ou em que detenham participações qualificadas, exigindo-se em todas estas situações a aprovação por maioria de pelo menos dois terços dos restantes membros do órgão de administração e o parecer favorável do Director de Risco e Conformidade.

O Microbanco procede ainda à avaliação anual das transações com partes correlacionadas no âmbito do Dossier de Preços de Transferência.

		Outros activos	Outros passivos	Custos Administrativos
Sócios				
BERNARDO TEMBE	2024	-	-	-
	2023	-	-	-
HLUVUKU-ADSEMA	2024	-	65.344.885	-
	2023	5.356,807	18.587.759	-
TRABALHADORES	2024	-	-	-
	2023	-	-	-

Acontecimentos após a data de balanço

Os principais riscos e incertezas para a atividade do MICROBANCO CONFIANCA para o ano 2025 estão muito associados aos fatores das suas implicações sobre as constantes manifestações que também impactam actividade económica e o sistema financeiro, em particular:

A incerteza geopolítica, com o conflito em curso em Cabo delgado, bem como os impactos da crise pós- Processo eleitoral;

No geral, a actual conjugação de fatores de risco traduz-se na manutenção de um cenário de elevada incerteza, com riscos negativos para a atividade económica no País, mas cujos plenos impactos continuam a ser de difícil aferição.

De igual modo, os fatores supramencionados poderiam, num pico de incerteza e sob certas condições, atualmente indeterminadas, contribuir para movimentos de aversão ao risco nos mercados financeiros, com perturbações sobre os prémios de risco, com efeitos de contágio aos vários segmentos e setores de atividade.

Sa vo aspecto materialmente acima mencionados, o MICROBANCO CONFIANCA esta optimista quanto a continuidade do negócio e capacidade de gerar retornos.

Anexos às Demonstrações Financeiras

Circular 3/SHC/2007

Código de contas	DEBITO	31 December 2024	31 December 2023
79+80	Juros e Rendimentos Similares	261,020	214,669
66+67	Juros e Encargos Similares	(23,314)	(8,757)
	Margem Financeira	237,706	205,911
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com servicoes e Comissoes	962	745
68	Encargos com Servicos e Comissoes	(12,613)	(12,536)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	(566)	(37)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienacao de Outros Activos	0	0
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploracao	(1,499)	(4,799)
	Produto Bancario	223,989	189,284
70	Custo com Pessoal	111,706	103,930
71	Gastos Gerais Administrativos	42,777	36,441
77	Amortizacao do Exercicio	28,145	22,784
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidas de Reposicoes e Anulacoes	0	0
760+7610+7618+7620+76210+76211 +7623+7624+7625+7630+7631 +765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724 -8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversoes e Recuperacoes	30,952	15,945
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	0	0
	Resultado Antes de Impostos	10,410	10,184
65	Impostos Correntes	0	1,406
74-86	Impostos Diferidos	0	6,899
640	Resultados após Impostos	10,410	1,879
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	0	0
TOTAL		10,410	1,879

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(milhares de metcais)

Código de contas	ACTIVO	31-Dec-23			22-Dec	Código de contas	PASSIVO	Dez- 24	Dez- 23
		Valor antes de Provisoes, Imparidade e Amortizacoes	Provisoes, Imparidade e Amortizacoes	Activo Liquido					
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6 045,64	-	6 045,64	1,023	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	12 936,73	-	12 936,73	12,828	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituicoes de Créditos	-	-
154+158 (1)+18 +34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202 +5203+5211 (1) +5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	326,5	245,453
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Titulos	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	732 224,72	- 72 702,58	659 522,14	12,828	44	Derivados de Cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-	-	45	Passivos nao correntes detidos para Venda e operacoes descontinuidas	-	-
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	-	47	Provisoes	-	-
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-	-	-	-	490	Passivos por Impostos correntes	3 582	1,406
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos deferidos	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	229 731,92	- 59 959,48	169 772,44	160,68	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
29-3583-361	Activos Intangíveis	25 201,59	- 20 986,60	4 214,99	8,348	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	130 174	110,04
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
300	Activos por Impostos correntes	-	-	-	-	55	Capital	400	400
301	Activos por Impostos diferidos	-	-	-	7,099	602	Prémios de Emissão	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	5 392	-	5392	8,447	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
						-56	Accoes Proprias	-	-
						58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	-	-14,66
								-12 781	
						64	Resultado Transitado-Aguarda aprovação BM	-	-
						-63	Resultado do Exercício (Dividendos antecipados)	10.410	1,879
								-	-
TOTAL DO ACTIVO		979 838	121 954	857 884	744 118	TOTAL DO PASSIVO		857 884	744 118